



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL
Realizada em 28 de abril e 04 de maio de
2017

N.º 2/2017

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel de Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha e Alberto Manuel de Sousa Pereira.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Nuno Miguel Miranda de Magalhães, Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva, Paulo Rui Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral.

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, os Srs. Vereadores: Manuel Joaquim Pisco Lopes, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1) e António Miguel da

Costa Ferreira em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Nuno Filipe Cação Marques, conforme documento registado sob o n.º 4, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 5, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentaram pedidos de substituição, Henrique João da Costa Guerreiro e Albérico Afonso Costa Alho, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 e 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Costa, tendo sido substituído pela secretária Mónica Maria Cabaço Leitão, conforme documento registado sob o n.º 8, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, João Pedro Oliveira Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

N.º 1/2017 – Sessão Ordinária realizada a 24/02/2017 e 03/03/2017

Presidente da Mesa – Faço aqui uma pequena observação referente a incorreções que se encontram neste texto e que se referem a duas das minhas intervenções, embora curtas, mas elas não são por vezes transcritas “*ipsis, verbis*” e conseqüentemente carecem de correção.

Na página seis, quando o Presidente da Mesa afirma que “*Pessoalmente considero legítimas e impertinentes as suas preocupações...*”, refere-se às preocupações do Senhor Deputado

Albérico Afonso, é evidente que não lhe poderia chamar nunca impertinente, porque o não é e porque não vinha a propósito. Efetivamente este deve ser corrigido para "*legítimas e pertinentes*". Esta é que é verdadeiramente a minha ideia e deve naturalmente de ser desta maneira transcrita.

Ainda uma outra incorreção na página 42, sobre uma intervenção muito curta que tive, mas, apesar de curta o suficiente para ser transcrita de uma maneira correta. Quando afirmo que "*Sinceramente não considerei esta proposta, essa mudança, esse tipo de votação. Há, de facto, um sentido global ilógico...*", não se trata de não ser lógico, não se trata de ilógico, trata-se de ser "*global*" e também "*lógico*". A frase terá que ter aqui uma conjunção seguida do adjetivo "*lógico*".

Eram estas as duas observações que queria fazer, muito simples, mas que na realidade deturpam completamente a minha intenção.

Antes de passarmos à votação dava a palavra ao Sr. Primeiro-Secretário, o Deputado Alberto Pereira, que quer fazer um esclarecimento.

Primeiro-Secretário da Mesa – Senhores deputados, como sabem a ata é da minha responsabilidade e vejo-me na obrigação de dar uma explicação positiva e otimista aos senhores deputados.

A câmara adquiriu um programa de computador, julgo que a título experimental que talvez fique definitivo, que permite fazer a transcrição de um discurso oral praticamente e extantaneamente num discurso escrito. Já havia programas desses, mas tinham de ser aferidos voz a voz, e este é um programa mais desenvolvido e permite, em princípio, aceitar qualquer pessoa desde que tenha uma dicção apresentável.

Esta ata foi feita pelo programa com as correspondentes alterações. Uma das pessoas que aqui na assembleia tem as condições ideais para o programa é o Sr. Deputado João Luz da CDU, porque praticamente os discursos dele não exigem nenhuma alteração e os piores não vou dizer quem são, como é evidente. Todas as observações que o Sr. Presidente apresentou é do programa, porque quando o Sr. Presidente disse "*e lógico*", o programa percebeu "*ilógico*" e foi o que escreveu. Como a palavra existe os funcionários colocaram ilógico.

O programa funciona muito bem, poupou imenso trabalho, estamos muitos satisfeitos e esperamos que a Câmara o adquira para apressar as nossas atas. É sempre possível, principalmente para os senhores deputados que têm dicções complicadas e que fazem a junção final de uma palavra com o início da outra ou comem-nas, infelizmente há casos desses, o programa por mais que se esforce tem uma certa dificuldade.

Há um outro programa já com cerca de 2 milhões de anos de existência, chamado ser humano que fará as devidas correções.

Presidente da Mesa – Muito obrigado pelo esclarecimento, senhor deputado. Na verdade, trata-se, afinal de contas, de um recurso acústico e não propriamente de um recurso racional e isso obrigará porventura no futuro a lermos as atas e a corrigirmos de facto, porque essa correção não é feita pelo próprio programa que não interpreta, não entende.

Depois desses esclarecimentos que são muito oportunos e nos põem de sobreaviso, passava então à votação da ata, sublinhando mais uma vez que só podem votar os senhores deputados que estiveram presentes nesta mesma sessão a que a ata se refere.

Não havendo mais intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.



II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Este período para intervenção do público, é um período que regimentalmente é constituído por 30 minutos no total, com o máximo de 5 minutos por pessoa.

Temos cinco oradores inscritos para intervirem e o primeiro orador é o Sr. Nuno Miguel Oliveira Carvalho que pede a palavra para se referir ao assunto da petição entregue sobre a redução do IMI e IMI familiar (conforme documentos registados sob os n.ºs 9 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Nuno Carvalho – Cumprimentar todos os presentes, algumas caras com que já estive aqui anteriormente, em outras assembleias municipais, quando fui eleito deputado municipal.

Contudo hoje a minha presença, naturalmente, não tem qualquer tipo de intuito de protagonizar uma intervenção com qualquer carácter partidário, mas sim com um carácter bem vincado de cidadania. Deixem-me explicar e sublinhar bastante essa situação.

Fui o primeiro subscritor de uma petição que foi aqui entregue e pretendo explicar as razões pelas quais entreguei tão só e apenas. Naturalmente, haverá a respetiva Assembleia Municipal para proceder à sua discussão e hoje pretendo explicar porque é que a entreguei, ajudando até no crescimento normal de tratamento dessa mesma petição

A petição foi entregue a foi subscrita por mais de 5.500 cidadãos e entenda-se que a redução do IMI em Setúbal é um tema que teve uma fácil adesão no prazo de 60 dias, porque, em primeiro lugar, há que reconhecer nesta Assembleia Municipal, que eu saiba e que tenha presente, que todos os partidos aqui presentes querem a redução do IMI no concelho de Setúbal. Querem!

E outra coisa tem a ver com outras discussões de se poder ou não poder reduzir. Por isso é que explico que esta petição e a vontade de reduzir o IMI no nosso concelho é uma causa do concelho, que colhe ampla concordância de todos os partidos e na população. Nesse mesmo sentido, creio que será seguramente fácil de perceber que no nosso concelho, como temos a taxa do IMI mais alta da Grande Lisboa e como temos um concelho que inserido na Grande Lisboa sofre com a competitividade de outros concelhos que têm a taxa mais baixa, como Sesimbra que é da CDU, como Cascais que é do PSD, como Lisboa que é do PS e Montijo. Sesimbra inclusive até aplica o IMI familiar, portanto, nem de perto nem de longe que esta discussão tem que se cingir a uma discussão partidária ou ideológica, porque efetivamente não só pela vontade de todos os partidos e da população de querer reduzir o IMI, a própria aplicação dessa taxa e a aplicação do IMI familiar é efetuada e realizada por diferentes forças partidárias.

A questão de ser efetuada e realizada por diferentes forças partidárias e por diferentes executivos na Grande Lisboa fazem com que não sendo em Setúbal, nós paguemos em toda esta região um IMI mais alto e venhamos a perder competitividade. Faz com que aqui no concelho de Setúbal tenhamos que ter em atenção que temos várias condições que nos levam a que percamos competitividade, desde o preço da água, desde a nossa própria distância geográfica a Lisboa que faz com que a deslocação seja muito mais onerosa do que em outros concelhos, por exemplo.

Há um conjunto de elementos que é necessário ter em conta perante as pessoas que trabalham na Grande Lisboa, perante as pessoas que residem em Setúbal e que são efetivamente penalizadas. E fiscalidade é isso, também é competitividade.

Não queria deixar de informar os senhores deputados da razão pela qual esta petição foi realizada, nunca ia deixar de sublinhar que existe naturalmente uma discussão em que até

inclusive já foram realizadas conferências de imprensa em que a Presidente da Câmara Municipal mostrou vontade em reduzir o IMI. Lembro-me que foi no ano de 2015, julho eu. Não creio que isso seja propriamente uma questão de vontade, mas uma questão de um putativo impedimento que eu creio que deve ser esclarecido. Agora entenda-se, querendo os partidos e querendo a população, a responsabilidade cai, naturalmente, sobre esta assembleia para que as expectativas não sejam goradas, porque todos os partidos já politicamente e publicamente manifestaram essa vontade.

Não queria deixar de sublinhar um aspeto que é importantíssimo nesta questão que mencionei e que tem a ver com a cidadania. A petição é um instrumento de cidadania, portanto gostaria que efetivamente fosse tratado dessa forma e não de qualquer outra e fosse discutida em respeito pelos mais de 5.500 cidadãos que a assinaram.

Nesse aspeto, devo chamar a atenção que ao utilizar os meios da Câmara Municipal de Setúbal para produzir *flyers* e enviar para a casa das pessoas, para distribuir, consumir o nosso dinheiro, os nossos recursos, os nossos impostos para contrariar uma petição que é dirigida à Assembleia Municipal, não é tratar esse documento e esse instrumento de cidadania com o respeito que ele merece, uma vez que há meios e canais próprios para se pronunciarem e seguramente que esses não são os meios e nem os canais próprios para fazer política partidária.

Creio que não precisamos estar de acordo, porque é uma questão legal.

Agradeço imenso a vossa atenção e deixo-vos com um desejo de uma boa continuação de trabalho até ao final da noite, porque pelo que me recorde deve acabar tarde, e não sei se fico cá até ao fim, como é evidente, não tenho essa competência agora.

Muito obrigado pela atenção.

Presidente da Mesa – Obrigado pelas suas palavras, é evidente que o IMI será provavelmente um tema a trazer no futuro a esta assembleia e inclusive, se calhar, na sequência exatamente da discussão da petição apresentada que, neste momento, se encontra em sede de comissões para análise.

Continuando as intervenções do público, temos de seguida inscrito o cidadão Ricardo Nilha para falar sobre IMI e o incêndio dos ecopontos na rua Sebastião da Gama.

Ricardo Nilha - Como cidadão, setubalense, freguês e munícipe, relativamente ao IMI, não vou falar mais nada. Julgo que a minha cidade é uma cidade de liberdade de opinião, pensamento e de muitos mais e acredito nas instituições e não do que poderá acontecer.

Vou-me referir à situação dos ecopontos que relativamente ao executivo camarário, o qual foi-me colocado perto da rua Sebastião da Gama, número sete, ecopontos. Escrevi três cartas à autarquia, que ainda é o executivo desta cidade, sobre este assunto, o qual me foi contestado. Frisei que poderia voltar a acontecer e já aconteceu pela terceira vez o incêndio dos ecopontos.

Como simplesmente ninguém quer os ecopontos perto das suas habitações, a autarquia colocou o ecoponto perto da minha. O ecoponto já foi incendiado três vezes e nada foi feito. Qual é o meu espanto que ao ver o jornal O Setubalense aparece o ecoponto queimado na primeira página e deve ser por isso que a minha casa está muito valorizada, porque o IMI aumentou.

O que peço ao executivo era que me retirem o ecoponto.

Já telefonei para a Junta de Freguesia de São Sebastião que, amavelmente, iriam fazer com que a situação chegasse à autarquia, acontece que passados três dias ainda nada foi feito. Tenho o ecoponto queimado, o vidro em que as garrafas se encontram no chão ao sol,

podendo vir a provocar um incêndio, o que é um perigo para a saúde pública. Não sei se sabem, mas julgo que sim.

Agradecia que a minha situação fosse resolvida, ou que retirem os ecopontos dali ou que arranjem uns ecopontos que não queimem, porque se a minha habitação ficar queimada, peço, se calhar, ao programa Setúbal Mais Bonita para me irem arranjar a habitação e depois as devidas consequências enquanto freguês.

Rogério Miranda – Venho aqui para voltar a falar de bibliotecas. Estive aqui há seis meses e falei de bibliotecas. Não fui muito bem acolhido pela Sra. Presidente e tenho pena que ela não esteja cá hoje, porque o contraditório não me foi permitido na altura em que coloquei as questões e a Sra. Presidente não respondeu. Passemos adiante.

Uma pequena citação apenas, a leitura, disso tenho a certeza, prejudica gravemente a ignorância e em Azeitão estamos altamente carenciados com problemas de carácter cultural.

A Biblioteca de Azeitão está fechada há mais de um ano e ninguém se dignou ainda a colocar uma informação, um Edital, a justificar as razões por que é que não há obras, porque é que está fechado e quais são as perspetivas.

Interrogamo-nos se existe algum problema, neste momento, de carácter técnico para resolver? Porque atendendo às características do edifício, será que o mesmo é adequado para o funcionamento do museu e de uma biblioteca? Esta é a primeira questão que efetivamente gostava de colocar.

Gostaria também de saber se existe alguma solução alternativa para o mesmo problema, porque na opinião de algumas pessoas, o edifício é exíguo, têm deficiências de estrutura e a população de Azeitão está privada de uma Biblioteca.

Coloca-se a seguinte questão, a câmara tem alguma solução alternativa, mesmo a título provisório, para poder minimizar os prejuízos que está causando à população de Azeitão dado o facto de não termos uma biblioteca, sequer uma biblioteca itinerante? Não há possibilidade de se resolver esse problema a título provisório? Esta é, de facto, uma das situações que me preocupa.

Não vou roubar muito mais tempo, até porque os meus intervenientes a seguir vão ter outros problemas para colocar, mas eu gostaria de deixar, antes de me retirar, um repto aos representantes de Azeitão nas várias bancadas aqui retratadas para que efetivamente expressem uma opinião sobre esta situação que, em minha opinião, é bastante gravosa.

António Freitas – Começando pela Salmoura, o Sr. Presidente está recordado que na última vez que aqui estive falei daquele poço absorvente que tenho à minha porta e que continua na mesma?

Como desde 1999 paguei infraestruturas vamos para a frente.

O Plano de Pormenor ou a alteração do Plano Diretor para a Salmoura que estava para breve, há oito anos que a Sra. Presidente me disse que seria nesta legislatura, que acaba este ano, no entanto nada foi feito.

Acabaram por usar uma volumetria da brita que metem na estrada, que atinge gatos, cães, portões e atinge pessoas quando os carros passam e os pneus beliscam as pedras que lá põem. Tenho aqui fotografia, se quiser ver posso mostrar.

Para já o que é importante é se de facto já há uma data final do acabamento do plano e para quando o início das obras? Quero ver se não morro sem ver as obras feitas na Rua da Salmoura.

Queria aqui falar também sobre o Plano de Emergência que, com certeza, têm para a zona industrial da Mitrena.

Julgo que foi aberto um ou dois inquéritos sobre os últimos acidentes e gostaria de ser informado, de forma concreta, de duas situações, como é que está o andamento dos inquéritos e se efetivamente ainda estão abertos? Não consigo informação em lado nenhum. Ou eles fecharam ou se já chegaram a uma conclusão.

Saber também se efetivamente está previsto uma revisão ao Plano de Emergência, pelo município, através do vereador que lhe diz respeito.

Dos dois últimos acidentes que aconteceram, o combate foi muito negligente e requer uma revisão da forma como estão previstas as atuações dos nossos queridos bombeiros.

E falando em bombeiros fui-me inscrever, porque nos Bombeiros de Cacilhas também já me tinha inscrito através da minha falecida mãe. Fui buscar aos Bombeiros Voluntários de Setúbal, que estão de prevenção em Azeitão, uma proposta de sócio e com grande pasme me verifiquei que a delegação tem no máximo oito voluntários. Na altura que lá fui só tinha um, uma ambulância, um camião cisterna, um desencarcerador e uma pequena viatura de ataques a incêndios, para além do jipe do Comandante ou da força da frente. Pergunto, a quem representa a Sra. Presidente da Câmara, se efetivamente acha que chega, mesmo que seja para as primeiras impressões, estas quantidades para uma zona que tem cerca de 72 quilómetros quadrados de área e cerca de vinte mil habitantes.

Recebi, o que agradeço ao Sr. Presidente da Mesa, através dos vossos serviços, julgo eu, um e-mail com o seguinte título “Escolha Setúbal”. Fiquei muito satisfeito pela escolha Setúbal, porque sou informado semanalmente dos eventos em Setúbal cidade, de quinta-feira à noite até domingo. Formidável.

Pergunto, e Azeitão? Quando é que aparece a dizer “Escolha Azeitão”? Porque a escolha Setúbal eu fui lá todo satisfeito, porque ia encontrar lá Setúbal, mas só encontrei eventos de Setúbal cidade, não encontrei eventos de mais nenhuma freguesia do concelho de Setúbal.

Esta falta de informação é tão grande, aliás o orador anterior já se queixou que nem informado está se abre ou não a biblioteca. Esta falha de informação é de tal modo grande que não conseguimos para Azeitão encontrar quase nada do que diz respeito a eventos. Neste momento vou mais longe, porque como considero que Azeitão tem um grande potencial e tem sido, de certa forma, marginalizada relativamente a outras zonas do concelho.

Pergunto, concretamente ao Sr. Vereador que está em representação da Sra. Presidente da Câmara, peço desculpa se não consegui encontrar dêem-me o caminho para ir ver, quais são os projetos que o município tem previstos para a região de Azeitão? E se os tem, que os divulgue, por amor de Deus, porque os cidadãos azeitonenses sentem-se marginalizados em vários setores cívicos, educação, saúde e transportes relativamente a Setúbal cidade.

Como o anterior também já apelou às forças eleitas por Azeitão que tomem uma posição perante esta assembleia, não tenho mais nada a dizer. Obrigado pela atenção.

Ana Maria Gaio – O que me traz hoje aqui é um problema muito particular da área onde eu moro. Somos um conjunto de quinze quintas e o problema das águas e dos esgotos andou a ser tratado durante muito tempo e há seis anos acabou por ser adjudicado. A obra foi em parte feita, teve duas fases, a primeira fase foi concluída antes das últimas eleições autárquicas e foi ligada e todos os munícipes até 100 metros da minha casa têm água e esgotos há quatro anos. No último trimestre de 2015 foi iniciada a segunda fase, à qual estou ligada ou estarei no futuro breve. Está pronta há um ano, mas estão dois tubos pendurados e ligações às nossas casas nenhuma. Nem água e nem esgotos.

É evidente que todos temos água e todos temos o nosso processo de esgotos. Em relação à água, por exemplo, tenho um purificador de água e faço todos os anos análise à minha água, mas o facto de fazer uma análise em maio nada me garante que a água em junho ainda esteja potável. É impossível economicamente fazer análises com mais sistematicidade, o que é um



perigo para a saúde pública e relativamente aos esgotos também. É evidente que uma fossa de uma família normal, de quatro ou seis pessoas, por muito estanque que seja, e a minha é estanque, mas há de haver ali algum sítio que depois vai contaminar se não tem uma saída para outro local, para onde depois terão um fim com tratamento. Pelo que sabemos está pronta, mas quando é que é ligada? É o nosso problema.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Anita Vilar (CDU) – Espero que tenham passado um bom feriado de 25 de Abril. No dia 14 de abril estive em Setúbal uma comitiva de *Macau Legend Development* e, segundo as notícias dos jornais, terá vindo, entre outros motivos, para dar continuidade ao processo de trabalho do investimento imobiliário projetado para a frente ribeirinha da cidade. O que gostaria de pedir ao executivo, se for possível, é que nos fizesse um ponto de situação sobre a evolução deste mesmo projeto.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Antes de fazer as interpelações que pretendo fazer ao executivo, quero responder ao público, porque entendo que, pelo menos de forma indireta, também se dirigiram à minha pessoa.

Sou deputado municipal e como tal não estou aqui a representar Azeitão, estou a representar o município, mas como resido em Azeitão é evidente que as questões sobre Azeitão me preocupam.

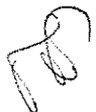
Ao longo de bastantes anos que estou nesta casa, frequentemente, aqui trago várias preocupações e várias questões sobre Azeitão. As questões que foram levantadas preocupam o PSD, preocupam-me enquanto azeitonense e também têm sido questionadas na Junta de Freguesia ao longo dos anos pelos nossos membros da Assembleia de Freguesia, e que terão que, quer a Junta de Freguesia, quer a Câmara Municipal, tentar resolver esses problemas e a dar resposta aos mesmos.

Acompanhamos, estamos atentos e vamos continuar a acompanhar essas questões e outras também igualmente graves, como é a questão dos esgotos, a questão de várias obras que têm sido feitas e nem todas da melhor forma, a questão de algumas obras que foram feitas em Azeitão e que se tornaram numa oportunidade perdida, onde se gastou alguns milhares de euros e que podiam ter feito algo muito melhor, muito mais funcional, muito mais apelativo e muito mais bonito para a freguesia, mas enfim.

Temos levantado essas questões e continuaremos a levanta-las quer na Assembleia Municipal, quer na Assembleia de Freguesia de Azeitão.

Quanto às questões que quero colocar ao executivo, começava por uma que tem a ver até com algo que hoje o Nuno Carvalho, na qualidade de cidadão e de munícipe deste concelho, já aqui falou e tem a ver com o IMI, mas não me vou referir tanto à questão do IMI e da redução do IMI, mas a um folheto publicitário que a Câmara Municipal de Setúbal distribuiu por todo o concelho, nas caixas de correio, nas ruas, nas instituições e fez publicar também no *site* oficial e no *facebook* da Câmara Municipal.

Quero começar por dizer à Sra. Presidente e ao restante executivo da câmara, que se há coisa ou característica que não tenho é ser mentiroso e quis vir aqui dizer que um folheto publicitário, elaborado, produzido, distribuído e pago pela Câmara Municipal de propaganda mentirosa e que insulta os setubalenses e não me parece correto, nem adequado e tenho sérias dúvidas, para não dizer que tenho certezas, que poderá haver aqui também violação da lei.



Isto para dizer que não é aquilo que o PSD tem feito e tem dito em defesa dos interesses dos munícipes, no que diz respeito aos impostos municipais, que é um insulto aos setubalenses. O que é um insulto aos setubalenses é a câmara continuar a dizer o que diz, é a câmara vir dizer que esta é a nossa cidade, esta é a verdade.

Não, esta não é a verdade! Esta é a vossa verdade, mas nós não concordamos com a vossa verdade e sabem disso muito bem, porque já várias vezes o referimos e apontamos as razões pelas quais não concordamos com essa verdade e não é a verdade que consta nos documentos. Depois é curioso que nesse folheto consta a minha cara, é a minha cara que está lá e não me pediram autorização para a usar. Logo a seguir, os senhores vêm dizer que a Câmara Municipal de Setúbal é a Câmara Municipal com o IMI mais alto do país, na mesma página do folheto.

Gostava de perceber e que o executivo me explicasse, e esta é a pergunta concreta, quanto é que a Câmara Municipal gastou, qual foi o custo que a Câmara Municipal teve com a elaboração deste folheto publicitário, de propaganda político-partidário, porque não é sequer de propaganda política que se trate, mas de propaganda partidária, porque fazem propaganda ao vosso partido. Quero saber qual foi o custo que a câmara teve para produzir, distribuir e publicitar este folheto.

Ainda quero colocar uma outra questão, que tem a ver com a existência de uma doença que é o autismo e em Setúbal existem várias crianças que padecem, infelizmente, desta doença. Estas crianças têm necessidade de um ensino especial, como todos nós sabemos, e tanto quanto sei só existem duas escolas primárias que têm turmas para estas crianças e essas duas turmas já excedem o número previsto, julgo que deveriam ter doze e têm dezasseis, salvo erro. Quero saber se a câmara está atenta a este problema, se está a pensar fazer alguma diligência no sentido de aumentar a oferta no ensino especial para as crianças que sofrem de autismo e precisam de recorrer a este tipo de ensino.

Vitor Ferreira (PS) – Alguns insistiram comigo nestes últimos dias para que aqui nesta assembleia questionasse quanto terá custado este folheto que está intitulado “A verdade sobre o IMI”, como se pode perceber houve quem já tivesse colocado a pergunta, mas a minha intenção era mesmo seguir outro rumo. Considero que o objetivo deste momento, que foi amplamente distribuído, é dar a conhecer aos setubalenses e azeitonenses, aos munícipes do concelho aquela que é a leitura que a CDU faz contra a aplicação da taxa máxima de IMI, ou seja, dar a conhecer o seu entendimento sobre a matéria.

Acontece, porém, que o seu entendimento é o seu entendimento. Diferentes forças políticas nesta Assembleia Municipal têm também o seu entendimento no caso distinto do que consta no documento.

Assim e tendo sido a comunicação aos munícipes que referi assegurada com dinheiros de todos nós, reclamo a possibilidade de, utilizando outra vez do mesmo modelo de comunicação e com a mesma fonte de financiamento, em nome de um Poder Local Democrático que, segundo temos ouvido ainda agora na terça-feira aquando das comemorações do 25 de Abril, ser tantas vezes e bem referido e em nome também daquilo que será ou que poderemos considerar direito de oposição, podermos acrescentar ao conhecimento do concelho aquelas que são as distintas interpretações sobre esta matéria por parte das diferentes forças políticas que têm assento nesta assembleia.

Jerónimo Lopes (CDU) – Quero dar os parabéns ao executivo pela recente apresentação, pela equipa responsável, pela sua elaboração e ao próprio executivo, do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Setúbal 2026.

Tive a oportunidade de participar quer na sessão para a apresentação aos eleitos autárquicos, que decorreu também recentemente, quer depois na apresentação pública que foi feita no Fórum Municipal, Luísa Todi. Também porque achei que, naturalmente, para o executivo esta questão é mais pertinente, mas considereei que enquanto eleito autárquico que também era para mim importante apreender aquilo que a esta sessão pública poderia dar.

Também aqui tenho que manifestar o meu regozijo, porque quer o número de participantes no Fórum Municipal Luísa Todi, muito bem composto, quer pela diversidade e pela qualidade das presenças, de facto foi uma excelente jornada e seguramente que a divulgação e a motivação para a implementação deste conjunto de projetos saem bastante beneficiado.

Quero aqui destacar particularmente esta questão, a forma como Setúbal pensa, projeta e planifica estratégias, enquanto mantém em execução e no terreno um vasto e profundo conjunto de obras que se harmonizam e integram perfeitamente com os planos que estão em desenvolvimento.

O executivo sabe o que quer para Setúbal, os seus objetivos foram, de facto, democraticamente sufragados, embora, às vezes, alguns pareçam que querem indiciar de que não, mas no percurso vai pensando e vai planificando estrategicamente o futuro.

Sem entrar em detalhes, porque julgo que não é o momento, nem estarei eu nas melhores condições de o fazer, mas, no entanto, quero sublinhar, até para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de acompanhar as sessões e de ir à página da câmara para fazer o download do documento, o que foram os quatro desafios estratégicos e os cinco projetos elencados que me parecem bastante acertados.

Por um lado, a revitalização e a regeneração urbana, como o desafio estratégico, a proteção da estrutura ecológica e a sustentabilidade dos recursos naturais, bem como a coesão e a inovação social e uma estratégia de especialização inteligentes. São estes os desafios que foram propostos e quero também sublinhar os tais cinco projetos estruturantes de um conjunto muito mais largo.

Surge como fundamental a criação da riqueza, através da promoção da competitividade da economia setubalense e da diversificação do tecido empresarial do concelho. Há um grande enfoque no reforço da atividade do Porto de Setúbal, mas também numa perspetiva de diversificação económica, atraindo investimentos estruturantes e internacionalizar todo o tecido empresarial.

Os cinco projetos estruturantes são a regeneração e o reforço da rede urbana, a cultura, a educação, o desporto, a saúde, a inclusão social. Como segundo projeto estruturante o património cultural e ambiental e o turismo de excelência. Setúbal também em quarto, como deve atuar na atividade económica, na competitividade e na diferenciação e por último, o quinto, refere-se, enquanto prioridade de acordo com o plano, a uma governação multissetorial e multitemática através da melhoria da eficiência das instituições e dos serviços públicos. Aqui permite-me detalhar um pouco mais, no desenvolvimento e da estratégia de marketing territorial e da promoção do trabalho em rede.

Julgo que o tempo de conclusão deste Plano Estratégico, e que a discussão pública ainda decorrerá, aquele prazo foi dado para aditar. O momento em que estamos deixava aqui, até na perspetiva, talvez dos próximos eleitos que surgirão das eleições de outubro, que nós talvez equacionaremos a nova Assembleia Municipal que depois tomará posse. Julgo que seria adequado promover uma discussão alargada de todas estas temáticas até permitindo aos novos eleitos que não tiveram o privilégio que nós temos, neste momento, de participar nesta discussão, tomar conhecimento e por outro lado todos virmos a aprofundar esta temática tão importante.



Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Peço desculpa pelo atraso com que aqui cheguei.

As minhas questões surgiram no próprio momento em que aqui cheguei, pelo menos a primeira. Devo dizer que estou aqui a folhear este anuário, 800 exemplares, de resto com papel de grande qualidade e bastante interessante, mas que me traz algumas perplexidades e, através de Vossa Excelência, através do Sr. Vereador, quero questionar a câmara sobre algumas matérias e ao mesmo tempo sublinhar outras colocadas pelo público.

A minha primeira perplexidade, Sr. Vereador, é que este anuário é de grande qualidade do ponto de vista do papel, do ponto de vista da feitura e do ponto de vista do marketing, não deixo de manifestar a perplexidade, e era essa a pergunta que eu quero fazer hoje e agora, em ano de autárquicas, é que curiosamente tendo folheado aqui neste tempo breve e só encontrei fotografias de membros, legítima e democraticamente eleitos, mas ainda assim membros de uma só cor política, nomeadamente da coligação CDU. De resto posso dizer que, numa breve análise e ainda que, provavelmente incorreta, Sr. Vereador, estará duas vezes em cada três páginas, o que não deixa de ser uma coisa extraordinária.

Felicito quem fez este anuário, o papel é magnífico e as fotografias também são de grande interesse, mas pergunto, até em nome dos munícipes, é para isso que cá estou e por isso é que me elegeram, quanto custou? São 800 exemplares, estão aqui 38 autarcas e para onde irão os outros 762?

Quero também reforçar mais duas notas, em primeiro lugar a questão do IMI. É uma questão que o CDS, nomeadamente em coligação com o PSD, levantou aqui várias vezes em matérias orçamentais e no âmbito do orçamento da câmara. Não interessa quem tem razão, se podia ser, mas não é isso que me faz fazer esta pergunta, é que, independentemente das divergências que certamente existem, e é de salutar e ainda bem que vivemos em democracia, já vamos votar aqui algumas moções justamente a celebrar esse facto, é a razão pela qual a câmara, mesmo que seja via partido ou coligação que apoia a atual estrutura da câmara, decide responder mal ou bem. A questão nem sequer é essa e tenho a minha opinião e é conhecida, mas bem ou mal decide responder a uma provocação, até admito, mas a uma intenção de um determinado partido político. Mas com quê? Com o dinheiro dos munícipes.

Terceira e última nota que vou deixar, é uma nota de preocupação e ao mesmo tempo de solidariedade até, que é com o senhor, cujo nome, peço imensa desculpa, mas não tive tempo de anotar, mas que disse que não são um, nem dois, nem três, são vários e é verdade, porque é que Azeitão reiteradamente parece um pouco fora deste concelho?

Também quero reiterar essa preocupação, porque é uma preocupação que me tem chegado também dos contactos que têm feito.

Por fim também é importante e até gostaria ainda que o regulamento ou o regimento não permitisse, já que o Sr. Vereador queria responder, e quero sublinhar que me parece a maior perplexidade aquilo que a munícipe Ana Maria disse em relação à Quinta do Picão e em relação aos esgotos. Confesso que não tem a ver com a Quinta do Picão, erro meu, tem a ver com o Picão que está ao lado da Quinta do Picão, mais uma razão para eu achar de grande perplexidade não só esta intervenção, como este anuário. Com isto termino, Sr. Vereador está magnífico, não fosse o facto de ser um excelente anuário de propaganda.

Teresa Andrade (PS) – Das várias questões que foram colocadas pelo nosso público e estando eu também aqui em representação de Azeitão, não só, mas também, gostaria de falar da questão da biblioteca, que muito me preocupa.

A nossa biblioteca que se encontra enquadrada no Núcleo Museológico Sebastião da Gama, está encerrada há mais de um ano, quando o tempo previsto de obras seria de três meses. Foi encerrada no início de abril de 2016 e a informação que me foi dada na altura, porque quis

fazer uma doação de um espólio interessante de livros, foi que não poderiam aceitar doações de livros, pelo menos, durante três meses, porque seria esse o tempo em que decorriam as obras.

Não só não sabemos nada sobre essas obras, como quando passamos à frente do Núcleo Museológico nada se vê. As obras eram alterar a infraestrutura para a luminosidade, portanto, com uma abertura do vão de escada que seria visível logo pela porta que é de vidro, uma plataforma elevatória para que cidadãos com deficiência pudessem aceder também à biblioteca e um pátio em continuidade para que pudesse haver um núcleo mais para biblioteca juvenil e depois também para ocupação de tempos livres das crianças, o que acho que faz todo o sentido, tendo em atenção o que é.

Nada disto temos visível e já se passou um ano.

As bibliotecas são lugares muito importantes, são lugares onde nós formamos as gerações futuras. Os livros são caros, há muitas crianças, muitos jovens, muitos adultos e muitos deles mais maduros que precisam de ter acesso a este conhecimento e não faz sentido estarmos a privar as pessoas deste mesmo conhecimento, o qual nos permite formar um melhor futuro.

Como disse Sebastião da Gama, "*Quando eu nasci ficou tudo como estava*", mas a verdade é que quando ele morreu nada ficou como estava, porque foi uma cabeça que abriu mundos ao nosso mundo, não só a Azeitão e a Setúbal, mas a todo o mundo pela sua forma. Apesar da sua curta vida, deixou um grande património de conhecimento.

Também citando Sebastião da Gama, ele diz que "*O poeta sabe que é preciso olhar e reparar quando os homens andam tristes.*". Nós precisamos de olhar e de perceber o que é que faz falta aos nossos munícipes, as festas são interessantes, as feiras são interessantes, mas há elos que nos ligam a toda a história da humanidade que são fundamentais para que continuemos a trabalhar no sentido da elevação e de tudo aquilo que é importante para o futuro.

João Luz (CDU) – Relativamente ao Anuário que hoje aqui recebemos, o Sr. Deputado Nuno Magalhães não está presente, mas de qualquer das formas não deixarei de tecer alguns comentários também à sua intervenção, porque provavelmente por distração, quando se referiu a esta edição omitiu ou esqueceu-se das edições anteriores.

O Anuário tem sido anualmente publicado e distribuído nesta Assembleia Municipal a todos os seus membros.

Também só tive oportunidade de conhecer este documento agora com o seu bonito papel e a sua bonita apresentação e terei folheado este documento tão ou mais depressa que o Deputado Nuno Magalhães e aconselho vivamente a visualização da página 168 e 201, onde poderá encontrar diversas figuras de outras forças partidárias, ainda que nas fotografias apareça e esteja quem está nas iniciativas. Há aí um vereador do município, eleito pela coligação PSD/CDS aqui em Setúbal, como poderá ver, e abriu claramente ao calhas. Há de certeza uma coisa, é que nas fotografias só aparece quem lá estava, eu em muitas não estou, porque também não estive lá, não acompanhei toda a atividade do município.

Utiliza a que mais entender e a que melhor servir.

Quanto àquilo, já do ponto de vista do público, que aqui veio e foi dito sobre a Petição do IMI, da parte da bancada da CDU e em primeiro lugar um reconhecimento do que é a intervenção cidadã e a participação das pessoas na vida pública local e na vida política do município. Esse é o primeiro reconhecimento que fazemos e até, de alguma forma, dando as boas vindas a áreas políticas que em determinados momentos têm rejeitado ou têm visto com maus olhos este tipo de participação popular, muitas das vezes falando em instrumentalização, em partidarização da vida pública e na cidadania.

A primeira nota de registo é dar as boas vindas a quem, partindo de uma estrutura partidária, avança para uma ação de cidadania tendo um conjunto de opiniões e de posições políticas que

quer partilhar e que quer dar expressão popular. Parece-nos uma evolução positiva a registar, tendo em conta outros posicionamentos relativos a iniciativas como abaixo-assinados, posições de outra natureza que ao longo dos anos temos discutido, quer aqui, quer no quadro da Assembleia da República e por aí fora. Portanto é uma mais-valia até ver como uma iniciativa cidadã tem acesso a estruturas partidárias, à rede de *outdoor*, é realmente uma mais-valia que um partido político tenha esta abertura e desenvolva este tipo de iniciativa.

Em relação à Petição em concreto, já foi dado nota até pelo Sr. Presidente, ela deu entrada nos serviços da Assembleia e foi distribuída para as comissões, onde será certamente analisada no seu devido tempo e numa próxima sessão da Assembleia Municipal teremos oportunidade de olhar para o seu conteúdo e fazer uma análise mais aprofundada sobre a mesma. No entanto, há questões à partida que, do nosso ponto de vista, têm que ser colocadas e não o deixamos de referir e de dizer.

É para nós estranho que estes momentos de apelo à participação cidadã não sejam acompanhados também de algum trabalho pedagógico que as forças políticas, os partidos podem e devem fazer do ponto de vista do que é o rigor dos conceitos, do que é uma linguagem clara e inequívoca para que as pessoas entendam o que é a realidade e não uma qualquer mistificação ou apenas parte dessa realidade. Nesse sentido, parece-me que esta petição tem um conjunto de objetivos que vão para além da mera petição e que vão para além do simples posicionamento em relação ao IMI.

Todos estamos de acordo nesta casa que o IMI em Setúbal deve baixar, todos estamos e se calhar não estamos todos, porque nem todas as forças têm a mesma opinião sobre aquilo que é a carga fiscal sobre os portugueses e há aqui diferenças. Há forças que entendem que a carga fiscal deve ser reduzida, há outros que atendem que ela deve ser aumentada e, aliás, a prova disso é a prática daquilo que fizeram e fazem quando estão em posições de poder.

Relativamente às questões do IMI aqui no concelho, o PSD nesta petição e o seu subscritor estranhamente não fazem referência ao facto de as contradições existentes de um PSD que na Assembleia da República não acompanha propostas de redução das taxas máximas de IMI e que aqui no concelho desenvolve este processo.

Já sei que há uma história de que são partidos diferentes, uma coisa é o PSD nacional, outra coisa é o PSD local, não são os mesmos, o partido não é o mesmo e já conhecemos esse argumento, no entanto para nós não deixa de ser, como compreenderão, estranho esta dualidade, esta dupla personalidade do PSD.

Também não refere que, na Assembleia Municipal, este mesmo partido votou contra a proposta de redução do IMI de 0,50 para 0,45, aliás, 0,45 que tinha proposto no ano anterior aqui nesta assembleia como taxa a ser aplicada no município. Portanto é estranho que seja esta força que não acompanha nos momentos devidos a redução do IMI, que depois promove e que vai junto dos setubalenses fazer esta argumentação de que é necessário baixar o IMI e que são os malandros da CDU que na Câmara Municipal, por um argumento do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, entendem que não é possível.

Depois uma outra questão que nos parece contraditória, para não dizer mais, é o facto de que o PSD ao mesmo tempo que diz que não tem qualquer dúvida da possibilidade de baixar o IMI e, aliás isso vem referido por diversas vezes na petição, é o mesmo PSD que na Assembleia da República questiona o Governo sobre a possibilidade de baixar o IMI. Bom, mas então tem dúvidas, não tem? Se não tem dúvidas, porque é que pergunta e porque é que faz uma petição aqui em Setúbal sem ter ainda a resposta se pode ou não baixar o IMI? Está a dizer às pessoas que é possível, pede às pessoas que assinem um documento, mas, ao mesmo tempo não tem a resposta à questão que colocou ao Governo. Resposta que todos esperamos, aguardamos e que esperemos que seja no sentido da confirmação da possibilidade de baixar a taxa do IMI.

Este conjunto de interrogações sobre este processo mantêm-nos sérias reservas sobre aquilo que são os seus reais objetivos, porque se o real objetivo desta petição fosse o de baixar o IMI, ela não teria o conteúdo que tem e não teria, sobretudo do ponto de vista da sua publicitação, as cores com que aparece e as estruturas onde aparece. O que estamos a falar é da instrumentalização de um assunto que é sério, que afeta os setubalenses, os municípios deste concelho.

A instrumentalização disto é monocromática, porque é o único assunto que, de facto, o PSD apresenta no concelho de Setúbal, já estamos habituados, não há outras questões, e percebendo esta necessidade de continuar a alimentar isto estranhámos profundamente que o façam desta forma.

Para terminar, e não, não me parece de todo que esta seja a questão central, mas não deixarei de a referir. O Município de Setúbal, e não é a CDU, nem as forças que compõem, porque essas têm os seus espaços próprios de intervenção, de discussão e de afirmação das suas posições, o Município de Setúbal, enquanto tal, os seus órgãos, naquilo que foram as decisões tomadas pelos órgãos, foram contestadas com expressões, com afirmações de todo incorretas, e não nos parece estranho que os órgãos, enquanto tal, o município responda a essas questões que são levantadas, porque não foram levantadas em relação ao PCP, nem ao Partido Ecologista Os Verdes, nem à CDU no seu conjunto.

Sobre estas matérias era isto que tínhamos a dizer, colocando para terminar esta questão de que esperamos que as comissões da Assembleia sobre esta posição desenvolvam um trabalho interessante, que possam contribuir para aprofundarmos esta reflexão, que possam contribuir para até junto das entidades competentes termos respostas claras e inequívocas sobre a possibilidade de baixar o IMI e que seja mais um passo para podermos, no quadro do trabalho autárquico neste município, reduzir as taxas que são aplicadas.

Carmina Ferreira (PS) – Na verdade costuma dizer-se que os últimos são os primeiros, no meu caso fui a segunda a inscrever-me e fui a última. Ainda falta um? Então fui a penúltima. Gostava, em primeiro lugar, de reiterar o pedido do meu camarada de bancada, Vítor Ferreira, de saber quanto é que custou efetivamente aos setubalenses o *flyer* de propaganda sobre a verdade do IMI.

Se for possível, saber também quanto é que custou aos setubalenses este Anuário, esta edição de luxo, que mais parece também já uma campanha eleitoral, como disse o Deputado Nuno Magalhães.

A questão principal que trago diz respeito a uma questão que tenho vindo a colocar desde o início de 2016 sobre o processo de aquisição de 1.600 mil litros de combustível feito por esta autarquia. Desde o início do ano 2016 que vimos tentando saber o que é que o Tribunal de Contas pediu a esta autarquia que levou a que o processo fosse retirado. Temos vindo a perguntar isto tão só, o que é que o Tribunal de Contas pediu efetivamente.

Na anterior Assembleia Municipal, a escassas horas da realização da assembleia, enviaram-me um conjunto de documentos que até posso enumerar. Enviaram uma carta do Tribunal a acolher o pedido de cancelamento do processo, enviaram-me um ofício da câmara, endereçado ao Tribunal a pedir o cancelamento do processo, um ofício da câmara endereçado à REPSOL a informar o cancelamento do pedido, uma carta da câmara ao Banco Comercial Português a cancelar a garantia bancária no valor de 84.105 euros, o edital n.º 2/2016 com a proposta de caducidade do contrato de abastecimento de combustível, a certidão de afixação desse edital, uma proposta de caducidade do contrato de fornecimento de 1.575 mil litros de combustível, um ofício enviado ao tribunal remetendo os documentos do processo, quatro tabelas, o edital n.º 3/2013 com a proposta da aprovação de 1.575 mil litros de combustível, uma certidão de afixação desse edital, a proposta n.º 2/2013, da DAF/DIGEF para fornecimento de 1.575 mil

litros de combustível, uma cópia do contrato do ajuste direto n.º 808818372 celebrado em 16 de Agosto de 2013, uma cópia do relatório de contratação n.º 2451 de 2013, o contrato celebrado entre a Câmara e a REPSOL em 2012 para o fornecimento de 1.575 mil litros de combustível e o ofício a propor a aprovação da minuta do contrato anteriormente referido.

Ou seja, enviaram-me a história da criação do mundo até ao aparecimento da internet e não me enviaram a carta que tinha pedido. O que é que o Tribunal pediu? Só pedimos isso, mais nada.

Nem sequer ficamos a saber se está aqui todo o conteúdo, toda a resposta àquilo que o Tribunal perguntou, não ficámos a saber exatamente aquilo que pedimos, ficámos na mesma e continuamos então à espera do solicitado.

Relativamente à intervenção do Sr. Rogério Miranda, dizer que Azeitão não tem biblioteca, porque se encontra encerrada, mas Setúbal apesar de ter um edifício central e quatro polos, que é de exígua dimensão para a cidade também não está muito melhor, porque o orçamento que a câmara atribuiu à Biblioteca, não quero dizer muito mais que isso, é exíguo. Não dá, de facto, para renovar o fundo documental, nem nada que se pareça.

Sebastião da Gama diz *“pelo sonho é que vamos”*, mas nós sabemos bem e podemos acrescentar que pela educação e cultura é que vamos. Neste momento é aquilo que temos.

É necessário reforçar o investimento na biblioteca para que a sua função efetivamente se cumpra e esperar também que a tão anunciada e já prometida biblioteca, em campanha anterior, até no Largo José Afonso e novamente prometida agora seja uma realidade e não passe de campanha eleitoral.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Começava por perguntar ao executivo o que é que se passa com as obras na Praça Olga Morais Sarmiento, uma vez que essa intervenção tem estado suspensa, que tem havido alguns problemas e inclusivamente que terá havido uma fuga de gás. Na intervenção da empresa que está a desenvolver essa empreitada teria, pelos vistos, havido um incidente que poderia ter tido repercussões graves, uma vez que terão afetado a canalização do gás.

Essencialmente o que queria perguntar, para além desse incidente, é o que é que se passa com essa obra, uma vez que parece que estará com problemas na sua execução ao nível dos prazos que têm que cumprir, porque segundo consta, terão havido alguns problemas com pagamentos ou subempreitada.

Relativamente ao Anuário da Câmara Municipal de Setúbal de 2016, quero dar os parabéns ao Sr. Deputado João Afonso Luz, porque amanhã já não pode jogar no totoloto, porque não irá acertar com certeza, porque acertou à primeira as duas únicas páginas que, de facto, têm elementos da oposição nesse mesmo Anuário.

Se excluirmos o Professor Marcelo ou o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e uma Secretária de Estado, que também aparece nesse Anuário, de facto, ninguém mais sem ser dos eleitos da CDU aparecem nessas mesmas páginas. Parabéns por ter acertado à primeira nessas páginas, e que foi um acaso com certeza, porque acabou de o receber tal como nós.

Vamos ao ponto que tem a ver com a Petição Pública e que foi aqui apresentada pelo cidadão Nuno Carvalho, não esquecendo, obviamente, que é uma pessoa que tem intervenção pública e que já foi aqui nosso colega nesta assembleia. Ele tem todo o direito, assim como os peticionantes, a apresentar esta questão nesta assembleia e isso porque o tipo de intervenção que o Deputado João Afonso Luz fez que, apesar de parecer aparentemente esclarecedor, não é, visa baralhar e voltar a dar o mesmo. A intenção da CDU, obviamente, nos diversos órgãos autárquicos é manter a taxa do IMI no máximo.

Isso já aqui foi dito pelo executivo municipal, é dito pelos elementos da CDU nesta assembleia de forma clara e só têm que o assumir. Aliás a CDU é conhecida por no país

inteiro ter as taxas no máximo, com algumas exceções que até foram identificadas no panfleto que diz “O IMI, toda a verdade” ou qualquer coisa do género.

É de lamentar que um dos direitos básicos dos cidadãos, que é pronunciarem-se também sobre o que é a liberdade de associação dos próprios partidos, que é manifestarem a sua posição perante determinada questão que interessa aos cidadãos, tenha a CDU necessidade de utilizar meios públicos para responder a essas mesmas questões.

Quanto ao que tem a ver com a Petição Pública e a participação dos cidadãos, a liberdade associativa e até a iniciativa popular, a CDU não tem aqui que dar lições nenhuma ao PSD, porque como é sabido, o PSD é um dos partidos que tem votado as várias alterações à Constituição da República Portuguesa e que uma das coisas que fez foi reforçar a possibilidade da iniciativa popular dos cidadãos, não só ao nível da constituição, mas também ao nível da legislação, por diversos governos e por diversas maiorias na Assembleia da República. Quanto a esse ponto a CDU não tem qualquer lição a dar ao PSD, antes pelo contrário.

Não temos também nenhum problema em que naturalmente se faça pedagogia relativamente a esses temas e o que se tem passado quanto à questão do IMI em Setúbal acaba por ser caricato, porque como nos disse o Deputado João Afonso Luz, a CDU propôs que os limites, pelo menos o máximo, fosse reduzido na lei geral, mas aqui em Setúbal entende que deve manter colado a taxa no máximo, nos 0,45. Argumenta o Deputado João Afonso Luz que o PSD foi um dos partidos que se terá oposto a essa diminuição na taxa. Ora, isso é uma questão de princípio de nível nacional e o que nós estamos a discutir aqui é o IMI em Setúbal e é a taxa do IMI em Setúbal.

Oh Sr. Deputado não se esteja a rir! Não se esteja a rir, porque isso é um truque, um truque barato, se me permite, que é evocar que o seu partido ou a sua coligação na Assembleia da República fixou uma determinada taxa na lei geral. Com certeza, e é com a geral que temos que lidar, muitas vezes são os senhores que põem a lei geral em causa aqui, não é essa a discussão, a discussão é a fixação da taxa pelos órgãos municipais em Setúbal por quem tem a competência para o efeito. Essa é que é a questão que está aqui em causa, não é outra, é essa.

É importante que esta petição exista, é bom que ela dê aso àquilo que espero que venha a acontecer, que é uma discussão correta e um estudo, pelo menos pelas duas comissões que a vão analisar. Sei por um colega de bancada que a Comissão de Economia, Administração e Finanças já está um pouco mais à frente do que a Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade a que eu pertença. Houve talvez um entendimento mais conservador relativamente ao documento na minha comissão, mas isso é um ponto que poderemos discutir em sede de comissão. No entanto, é verdade que foi suscitado aqui, por diversas vezes pela Sra. Presidente de Câmara e por alguns vereadores e até penso que pelos senhores deputados da CDU, que estavam na dúvida, não sabiam, não tinham a certeza se podiam fixar ou não fixar essa taxa no máximo, aliás terão colocado inclusivamente, verbalmente segundo suponho, a membros do Governo se seria assim ou não, porque, de facto, vai uma grande dúvida na cabeça da CDU quanto a essa matéria.

Acontece que, através de um conjunto de deputados do PSD na Assembleia da República, pusemos essa questão para ela ficar dirimida de vez, no entanto, é óbvio que temos a certeza de qual deve ser a nossa posição e temo-la aqui demonstrado diversas vezes, inclusivamente, há pareceres de órgãos da Administração Central do Estado homologados por dois Secretários de Estado que o dizem. Não estamos a obrigar, o Município de Setúbal não está obrigado a aplicar a taxa do IMI no máximo. É verdade que os deputados puseram a questão para o atual Governo se pronunciar, porque é esse o refúgio dos senhores sistematicamente, mas não temos nenhuma dúvida.

Acontece também que o prazo para o Governo responder também já foi ultrapassado e a questão na realidade está nesta sede, nesta Assembleia Municipal, e aqui subscrevo o que o Sr. Deputado João Afonso Luz disse, apenas nessa parte, esperemos que as comissões façam o seu trabalho e que o apresentem aqui na próxima Assembleia Municipal como está previsto no regimento. Muito obrigado.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Vou tentar ser muito breve nas poucas questões que aqui trago.

A primeira das quais tem a ver com a questão do IMI e só para dizer que em relação ao IMI e à Petição que agora aqui foi apresentada, o Bloco de Esquerda em todas as assembleias onde a questão foi debatida sempre fez propostas no sentido de baixar o IMI. Foi sempre essa a posição do Bloco e continuará a ser para Setúbal.

Em relação ao folheto que, felizmente, não apareceu na minha caixa do correio, quero dizer, como já foi dito anteriormente, não parece de bom tom o que é dito, nem nos termos em que é dito e é a visão de uma das forças políticas que está aqui nesta assembleia e as outras forças políticas também gostariam de fazer valer o seu ponto de vista e a sua posição junto dos cidadãos de Setúbal.

Em relação à questão das bibliotecas, como também já aqui foi dito por outras deputadas que falaram antes de mim, a questão é fundamental e realmente não se percebe como é que a Biblioteca de Azeitão está há cerca de um ano fechada para obras, sendo um ponto de encontro, de partilha e de saber tão importante.

Outra das questões tem a ver com o que se falou aqui sobre as salas relacionadas com autismo, com a questão das unidades que têm a ver com o autismo. Se efetivamente o caso é esse, não fui verificar se realmente há poucas salas destas e se elas estão preenchidas, mas dizer que na cidade há meios humanos e há sítios onde poderia haver mais salas deste género, inclusive é do meu conhecimento pessoal que existia uma unidade de multideficiência na Escola do Casal das Figueiras, que faz parte do Agrupamento Lima de Freitas, que foi encerrada e que poderia neste caso receber estas crianças.

Quanto ao Anuário não vou dizer mais nada do que aquilo que já foi dito, só quero referir que na página 168, uma Deputada do Bloco de Esquerda foi cortada da fotografia, eu não apareço, também não me queixo, se calhar ficava mal na fotografia.

Manuel Esteves (PS) – Começava a minha intervenção precisamente para dar os meus grandes e sinceros parabéns a todo o público que veio aqui expressar as dificuldades que têm no dia-a-dia e que é aqui nesta casa que as devem apresentar, porque só assim é que dão força também aos deputados das zonas, como eu sou, de Azeitão e reconhecido aqui pelo Sr. Presidente Rogério e não só, para os fazer representar.

Começava por não falar demais sobre o assunto da biblioteca, porque já foi aqui falado pela nossa colega e camarada de bancada. Quero ainda dizer que em relação à Salmoura não é a primeira vez e nem a segunda, nem a terceira e nem a quarta vez que já está registado neste plenário que estamos preocupados e que fazemos ver essas dificuldades ao executivo da Câmara Municipal.

Quero também dizer que em relação ao Picão, do qual também conheço a situação, estou espantado realmente, porque vi as obras todas a serem feitas e a serem encaminhadas, mas não sabia se a senhora não viesse aqui, nem eu e nem ninguém dos que estão aqui a representar o povo sabiam, que as águas e os esgotos não tinham as ligações.

A partir de agora, pode estar descansada, que vai ser uma das nossas preocupações.

Estando a senhora presente, o que era muito bom, porque é assim que se deve fazer, é com esta elevação que o povo tem de vir aqui nestas sessões ajudar-nos também a resolver e a

ajudar também a Câmara Municipal a tomar mais sentido nas responsabilidades dos munícipes, porque é para isso que pagam o IMI.

Como a senhora já constatou, aqui fala-se muito em Setúbal, mas Azeitão efetivamente tem sido representada aqui e falada nas bancadas como foi frisado pelo público, porque não estamos esquecidos nem parados e podem contar connosco para aqui dar essa força.

É claro que todos temos a nossa vida, todos temos as nossas ocupações e é lógico que se não houver alguém que nos diga o que têm por perto, nós não somos bruxos e nem somos obrigados a estar aqui a fazer esse papel, por isso agradeço-lhes que continuem a vir aqui, porque assim é que se deve fazer estas reclamações.

Quero continuar com a minha intervenção dizendo que estou muito contente por a câmara ter aberto finalmente o Forte de São Filipe, sobre o qual nós aqui também nos temos debatido, porque sabemos que é um dos cartões-de-visita da nossa cidade e está muito bonito e ainda bem e vamos continuar nesse caminho que é assim que queremos, os setubalenses e os azeitonenses.

Os azeitonenses falam sempre em Setúbal, os setubalenses não sei se têm vergonha, mas nunca falam em Azeitão, mas nós fazemos essa forcinha e eles vão-se habituando com certeza, embora com a sua graça, porque eu bem os vejo lá nos fins-de-semana a beber o seu moscatel e a comer a sua torta.

Também temos as nossas preocupações, e preocupa-nos o Forte de Albarquel, por isso gostávamos de saber, mais uma vez, se o projeto que estava em elaboração aqui no executivo relativamente à obra, se parou, se abortou ou se tem algum andamento ou não. Porque o Forte de Albarquel continua ao desprezo, continua sujo, continua perigoso e é uma das preocupações que devemos ter todos aqui. Assim como a Bateria 7 no cimo da Serra da Arrábida, onde tantos e tantos visitantes passam por ali. O que é que será que os estrangeiros devem pensar quando passam por aquela zona toda derrubada, toda desgraçada, toda partida, onde tudo está sujo no cimo de uma vista que é espetacular e que será das melhores vistas da Europa. Havia também algum projeto que estava em estudo com os estrangeiros, segundo falou aqui a Sra. Presidente da Câmara, mas continuamos assim e já vamos no quarto ano do mandado e está cada vez mais degradada.

Não quero também estar a maçar demais, mas há aqui outras situações que quero aqui apresentar como o passeio de ciclovia, o qual temos estado aqui sistematicamente nas sessões a pedir, entre Vendas e Vila Fresca de Azeitão, cerca de 700 metros, para dar algum benefício aos munícipes que pagam os seus impostos. Serviria para irem ao Pingo Doce sem irem a reboque de nenhum carro para que não haja mais acidentes naquela estrada, a 379, conforme temos vindo aqui a reclamar e a falar sobre essa preocupação.

Na Rua José Augusto Coelho, em Azeitão, que é a zona mais bela, com maiores intervenções da Junta de Freguesia e da câmara também, e que é também a zona mais antiga da nossa cidade, existe ali um edifício, que é chamado o edifício do cinema. É um mamarracho que ali está e que ninguém percebe o que é que aquilo quer dizer ou o que é que está ali a fazer. Preocupei-me a tirar uma fotografia e só por respeito é que ainda não pus no Facebook, mas é um mamarracho de todo o tamanho, é um grafite do rés-do-chão ao terceiro andar, se não estou em erro, e ainda por cima tem um monstro saliente no segundo andar que até mete medo a quem ali passa.

Gostava que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, como passa ali centenas de vezes e como lá tem a Junta de Freguesia a 50 metros deste edifício cultural, desse aqui uma explicação, caso fosse possível, para ver se tomava providências, porque ficamos um bocado assombrados.

Temos o José Maria da Fonseca de um lado, do outro temos o mercado, tudo muito bonitinho, mas depois está ali aquele mamarracho que até parece que é do ano 2040 ou 2050, que nessa altura já cá não iremos estar para tirar ilações sobre aquela situação.

Por fim, quero também fazer aqui um pedido à câmara para ajudar a Junta de Freguesia, porque me foi dito pela Presidente da Junta de Freguesia, e se calhar tem as suas razões, que é muito difícil, muito complicado tirar os troncos das árvores que andaram a cortar na minha aldeia, em Vendas de Azeitão, mas que ficaram com dois palmos salientes do solo.

Ora bem, como já fui observador aqui na cidade de Setúbal, sei que existe uma máquina na câmara que é uma broca redonda que consegue cortar todos estes troncos e consegue extraí-los. Quero que os extraiam e já agora que plantem umas árvores naquelas caldeiras que lá estão todas embelezadas para deixar a nossa aldeia ainda mais verde, mais vistosa e mais bonita.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Tenho algumas questões a colocar, em primeiro lugar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Na súmula de correspondência refere que foi recebido do Tribunal de Contas a homologação da conta relativa ao exercício de 2011 – recomendações e também da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal a auditoria ao Município de Setúbal, comunicação de homologação do relatório de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças e esses documentos não foram enviados aos membros da Assembleia, particularmente à Comissão de Economia, Administração e Finanças para respetiva análise dos documentos em apreço. Era o que deveria ter sido automaticamente feito, mas não tendo sido feito, solicito ao seu Presidente o envio de tais documentos.

Também quero reafirmar aqui na assembleia o que disse na reunião da Comissão Permanente, os Planos de Desenvolvimento Estratégico do Município que foram apresentados recentemente, o dos Transportes e Mobilidade Sustentável e o de Desenvolvimento Estratégico.

Considero, cabendo as funções que tem a Assembleia Municipal como órgão principal deste município, que deveria ser aqui, além da divulgação pública aos cidadãos e às organizações sociais, económicas e culturais da cidade, que a Câmara Municipal deveria apresentar esses documentos de forma formal, permitindo naturalmente um debate sobre os mesmos.

Estranho que isso não aconteça e era uma daquelas formas de atuar que julgo que os executivos municipais deveriam modificar e a Assembleia Municipal deveria também ter um papel mais ativo em requerer esse debate neste fórum.

Referir agora a Petição do IMI, enviei uma comunicação ao coordenador da Comissão de Economia, Administração e Finanças reclamando o facto de a ata da reunião da referida comissão, que se realizou no passado dia 26 de abril, não ter qualquer referência ao assunto da petição, o qual foi discutido. Foi discutido e houve várias intervenções, por isso não considero que esta ata corresponda ao que se passou na comissão. Também isso depois será referido no ponto próprio sobre a prestação de contas, ela não reflete inteiramente o que se passou na comissão. O ponto prévio aqui é sobre a petição do IMI em que houve vários membros da comissão, incluindo o seu coordenador, que fizeram intervenções sobre este tema e não aparece.

Uma ata deve transcrever de forma resumida, naturalmente, os assuntos que são tratados nessa mesma reunião e não foi. Acho estranhíssimo que isso tenha ocorrido, por isso reclamei logo que li a ata e até agora ainda não recebi qualquer resposta à minha reclamação que foi enviada no dia imediatamente a seguir, quando recebi a ata, ou seja no dia 27.

Já que estamos a falar no IMI, gostaria de constatar o seguinte, o Partido Social Democrata, aqui em coligação com o CDS, tem ao longo dos anos tomado uma posição em relação ao IMI em Setúbal.

Consideramos que o IMI em Setúbal pode, porque quem tem a maioria no executivo e na Assembleia Municipal tem plenos poderes para aplicar a lei, ou seja, considerar como taxas entre 0,3, antigamente 0,5 e agora 0,45. Não há motivo nenhum para, particularmente depois dos esclarecimentos que ocorreram em 2015, que a maioria que governa a câmara, que tem a maioria absoluta na Assembleia Municipal, não possa ter feito essas alterações. Tem plenos poderes para o fazer, além disso tem o apoio de todas as outras bancadas, quer no IMI, quer no IMI familiar. Não foi feito, porque a maioria CDU não pretende baixar a taxa do IMI em Setúbal.

Naturalmente utiliza, como já utilizou no passado, a questão da Assembleia da República e diz que o PSD na Assembleia da República votou contra a diminuição do IMI dos 0,50. O que nós consideramos no PSD é que nos poderiam criticar se alguém propusesse a diminuição do IMI abaixo de 0,30 e nós votássemos contra. Nós acreditamos e sinceramente, não enchamos a boca com o poder local democrático, mas como somos dos partidos com maior número de presidentes de câmara e autarcas neste país, no passado e no presente e esperemos que no futuro, por isso estamos plenamente à vontade sobre o que é governação autárquica. Por isso julgamos que o poder autárquico, os autarcas, os representantes do povo eleito diretamente, devem ter o poder de decidir sobre as taxas que são aplicadas aos seus concidadãos e cuja receita é revertida para o orçamento municipal, que é o caso do IMI.

Tirando a comissão relacionada com o lançamento do imposto que fica nas Finanças, a esmagadora maioria do valor do IMI, que é um valor significativo, em 2016 ultrapassou os 25,5 milhões de euros, o que é sem dúvida a rubrica individual mais importante do orçamento municipal aqui e em muitos outros grandes centros urbanos.

Consideramos que não é nenhuma contradição, o PSD na Assembleia da República ter votado contra a diminuição automática, porque os autarcas nos diversos concelhos é que devem saber qual é a taxa que devem aplicar aos seus concidadãos de acordo com as situações económicas e financeiras e a realidade social que existe no respetivo concelho.

O PSD ao ter votado contra a diminuição da taxa, não implica que os concelhos não apliquem taxas de 0,3, como há em muitos concelhos, começando por Lisboa e o de Grândola é de 0,37, por exemplo.

Por isso é a questão mais clara e depois, há aqui sempre aquela justificação de que se deve aplicar a lei, que há dúvidas sobre a aplicação do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e da legislação. Como é evidente, quando o Contrato de Reequilíbrio Financeiro em Setúbal foi atribuído, a lei que se aplicava era a de 1985, o que não implica, como está expresso, quer pela Inspeção-Geral de Finanças, quer pela Direção-Geral das Autarquias Locais e, como já foi dito aqui pelo meu colega Paulo Calado, foi ratificado por dois Secretário de Estado nos seus plenos poderes de governação.

Não há dúvida nenhuma, mas depois há algo que eu estranho, tanta preocupação em diminuir as taxas do IMI justificando o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, por causa do cumprimento da lei, mas não houve nenhuma preocupação em cumprir a lei dos compromissos, como foi dito numa proposta sobre os acordos de pagamento que a Câmara Municipal fez com os principais fornecedores. Aí, na proposta da Câmara Municipal, é dito taxativamente que a Câmara Municipal não cumpriu a lei. Que eu saiba a Câmara Municipal não foi objeto de nenhuma sanção financeira nem jurídica. Não foi objeto de nenhuma sanção que eu tenha conhecimento. Por isso será que a lei só se deve aplicar quando é na receita? Com muito rigor quando é na receita, mas pode deixar de ser aplicada com muito menos rigor quando é na despesa?

É a única conclusão que se pode tirar disso, porque a lei dos compromissos é uma lei com um valor idêntico à lei de aplicação dos Contratos de Reequilíbrio Financeiro e não houve nunca nenhum impedimento.

Isso veio em documento, não é nenhuma ilação, está escrito na proposta em que a Câmara Municipal propôs a aprovação genericamente dos acordos de pagamento que estabeleceu em 2015 e que apresentou à Assembleia Municipal em 2016, cerca de ano e meio depois. Também algo para anotar.

Por isso Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia Municipal, considero que a questão do IMI e a petição que foi feita faz parte daquilo que os cidadãos consideram que é uma preocupação e não é só em Setúbal, naturalmente, só que em Setúbal as taxas são máximas e é um dos poucos concelhos do país que tem a taxa máxima.

O problema não é só ter a taxa máxima, é a justificação que a CDU tem dado ao longo dos anos de que até querem baixar a taxa, mas não é possível por causa da lei. E não é verdade. É essa falsificação da verdade que temos que clarificar aqui. Não há nenhuma obrigação e como vimos na despesa não houve preocupação nenhuma em não cumprir a lei dos compromissos durante cinco anos. Cinco anos não, mas dois ou três anos, desde 2012 a 2015, e aí não houve problema nenhum. É esta a questão e não nenhuma outra. Isso é que é importante, não há nenhuma diferença do PSD, da posição a nível nacional com aquela que defendemos a nível local. São questões diferentes, aqui é a aplicação concreta de uma taxa e a nível nacional é o princípio, em que consideramos que os municípios devem ter ampla autonomia e não tê-la só na despesa. Devem ter autonomia na arrecadação das receitas, devem ter ampla autonomia nas decisões sobre as taxas dos impostos que nos cabem, seja no IMI, seja na Derrama, seja no IRS, cabendo às Câmaras Municipais de cada um dos concelhos deste país tomar essa decisão e não se esconderem atrás de legislação não aplicável.

É essa posição, Sr. Presidente que considero extremamente importante de reafirmar, é a nossa continuada luta ao longo dos anos de que a questão do IMI tem que ser devidamente tratada, que deveremos diminuir a taxa máxima do IMI de uma forma faseada, de acordo com as condições financeiras da Câmara Municipal de Setúbal, com certeza. Não fazemos parte daqueles partidos que quando estão na oposição propõem os cortes totais na receita e o aumento imenso da despesa, não é isso, porque temos que ser conscientes das situações onde é aplicável esses impostos e essas taxas.

Assim considero que devemos analisar a situação e acho que a petição tem um papel muito importante para voltarmos a discutir esse tema e desmistificar essa realidade.

Defendemos a aplicação, concelho a concelho, de acordo com a sua realidade económica, financeira e social da taxa de IMI aplicável. É o que deve ser feito e não genericamente dizer que é para todo o país, porque cada concelho tem a sua realidade.

Há concelhos que devolvem todo o IRS, porque não tem impacto ou consideram que isso não é importante na sua vida. Naturalmente que nos grandes concelhos urbanos compreendo que a devolução total do IRS seria, como aqui em Setúbal que foram 6,8 milhões de euros em 2016, um valor significativo, mas podia fazer como em alguns concelhos em que devolvem 50%, 40% do IRS. No caso do IMI isso tem que ser analisado adequadamente com a situação financeira e não mistificar com a situação do princípio genérico da lei geral.

Manuel Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – O que me oferece dizer, neste momento e neste ponto, é enaltecer a Câmara Municipal de Setúbal pelo excelente trabalho de desenvolvimento deste concelho em todas as vertentes, quer culturais, desportivas e naturalmente em termos da sua rede viária e de melhorando também da imagem da sua cidade.

Enaltecer a Câmara Municipal pelos eventos que tem promovido e efetivamente conseguiu transformar este concelho onde hoje é agradável viver.

Certamente que alguns deputados e algumas deputadas começam a dizer que se fala de campanha eleitoral, naturalmente aquilo que fazemos é para bem da nossa população, é para

bem do povo e como somos representantes do povo estamos cá para executar esse mesmo trabalho.

Como representantes do povo, que assim o somos, enaltecer a Câmara Municipal de Setúbal pela conferência sobre segurança e socorro que promoveu. Julgo que também dignifica muito aquilo que é o conhecimento, o estudo sobre esta matéria neste concelho e a importância que tem para as nossas populações e para as empresas.

Também dizer alguma coisa em relação à questão do IMI. Parece-me que temos que falar verdade e as palavras doem quando se fala verdade. Falar verdade é dizer que o IMI foi criado pelo PS e pelo PSD quando acabaram com o Imposto Municipal e que tem a ver também com a reavaliação das habitações.

Falem disto, falem verdade para não enganarem o povo, porque falamos do povo e há dois partidos, o local e depois o nacional e falar verdade não é ocultar a verdade.

Falar verdade é tomar a mesma posição no âmbito nacional e, nomeadamente, no âmbito local.

Falar verdade é dizer que votaram contra a que a taxa de IMI baixasse de 0,50 para 0,45. Falar verdade é dizer que são as autarquias que têm poder para definir os seus impostos.

Falar verdade é que essa opinião que aqui e agora foi manifestada pelo Dr. Paulo Valdez, não é verdade, porque não quiseram que estas mesmas câmaras municipais baixassem o IMI para 0,45, porque votaram contra.

Falar verdade é exatamente isto, e naturalmente que é oportuno e oportunismo, porque todos aqueles cidadãos que pagam impostos sentem na pele e nós também somos cidadãos, não somos diferentes e não somos privilegiados, mas falar verdade é dizer que retiraram o salário, congelaram reformas, aumentaram a taxa do IVA, fizeram a retenção dos salários da função pública, isto é que é falar verdade e estas é que são as preocupações que os verdadeiros representantes do povo têm levado a efeito.

Falar verdade é falar quando neste concelho tentaram colocar a coíncineração, tentaram colocar algumas empresas poluidoras.

Falar verdade também é aquilo que se passa em relação à Caixa Geral de Depósitos e já lá chegaremos. Quem é que são os verdadeiros culpados pela destruição de um banco público neste país?

Falar verdade é exatamente dizer que os responsáveis por esta matéria, PSD/CDS na Assembleia da República e no Governo que é hoje o Partido Socialista, a reboque desta questão pela imposição da União Europeia, que assim está a implementar a redução de postos de trabalho na banca pública, reduzindo também o número de agências neste país.

Falar verdade é não ocultar esta questão.

Em relação à questão da Caixa Geral de Depósitos, dizer que a Freguesia do Sado e a população agradece o empenho do executivo, neste caso da Câmara Municipal de Setúbal, de todos os vereadores com assento na câmara, que se associaram à luta da população e que se traduziu, também aqui na Assembleia Municipal, num recuo da intenção da Administração da Caixa Geral de Depósitos e também do Governo e da União Europeia em que a agência do Faralhão fechasse.

Esta luta que a população travou com o comércio local e com os seus eleitos resultou que a Caixa Geral de Depósitos não encerre como a resposta seca da administração, mas neste momento não vai encerrar.

E em forma de cobardia, as agências da Caixa Geral de Depósitos, neste Distrito, que eram hoje para encerrar tinham uma informação a dizer que estavam fechadas por questões técnicas. Portanto, cobardia pura e simples, porque não conseguiram enfrentar as populações. Em relação à Caixa Geral de Depósitos do Faralhão tomaremos posição sempre que

necessário, sempre que for em defesa das populações, porque falamos verdade e é assim que lá vamos.

Silvana Paulino (BE) – Também gostaria de ouvir a resposta à pergunta sobre o porquê de as pessoas de Azeitão não terem sido esclarecidas em relação à Biblioteca estar fechada há tanto tempo. Porque é que as pessoas não são informadas dos motivos e do que se passa?

Temos no nosso país um Programa Nacional de Leitura que incentiva as nossas crianças e jovens a lerem, a desenvolver o gosto pela leitura e a terem hábitos de leitura. Estamos a um mês e meio, mais ou menos, de terminarem as aulas e depois disso as bibliotecas escolares vão estar todas encerradas, o que é uma pena que todo este esforço se veja perdido nos próximos três meses quando esses jovens estiverem de férias de não terem acesso nem disponibilidade de terem livros para ler.

Uma das propostas que poderia, eventualmente, fazer é que procurassem um espaço alternativo, procurassem uma das bibliotecas escolares que não encerre para que se pudesse ter acesso à leitura.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Começava pelos problemas que vieram sobre Azeitão, relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Anacleto e pelo Sr. Rogério, as quais foram apresentadas na última Assembleia de Freguesia. Em relação a uma e a outra, a Junta de Freguesia deu as explicações ou as justificações que tem da parte da Câmara Municipal, nomeadamente nas dificuldades técnicas que houve nas obras da biblioteca.

Mas como hoje está cá o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que é quem tem o pelouro das obras, certamente poderá dar uma informação mais completa.

Quanto à Salmoura, como disse, há um Plano de Pormenor a ser feito e, portanto, também os senhores vereadores terão mais elementos para darem uma explicação.

Relativamente ao sítio do Picão, já alguns moradores se têm queixado e as questões têm sido sempre apresentadas na Câmara Municipal.

As questões trazidas aqui pelos moradores, não tenho ideia que o PSD na Assembleia de Freguesia as tenha alguma vez... Não, não. Há as atas e estão aprovadas e eu posso-lhe as dar. Não tenho ideia, a não ser que comece a abordar daqui para diante. Depois remete e deverá ser a junta ou a câmara a dar resposta.

Até sou capaz de entender que num cidadão comum haja alguma confusão ou não saiba quais são as competências das juntas e da câmara, mas nos eleitos já não. Dá a sensação que atirou um tiro para matar dois coelhos.

Isto passa-se efetivamente, porque eleitos na Assembleia Municipal, onde os protocolos vêm, são aqui aprovados e discutidos, e os eleitos na Assembleia de Freguesia, onde os protocolos são ali discutidos e aprovados, depois quando é para atirar responsabilidades, estes eleitos atiram para a junta e para a câmara. Isto é aceitável num município, num freguês, nos eleitos não, porque os eleitos, quer da Assembleia Municipal, quer da Assembleia de Freguesia sabem ou deveriam saber quais são as competências da junta e da câmara.

Se me disserem que a junta deve reivindicar junto da câmara, reivindica sim senhora, e os senhores vereadores poderão confirmá-lo. Mas isto não se passa só com o PSD ou com o PS, passa-se também com o PCP, porque quando o PCP em Azeitão faz um comunicado sobre questões do Bairro da Brejoeira em que atira, não sei se está a atirar para cima da câmara ou se está a atirar para cima da junta, porque é muito genérico, questões que são da responsabilidade da câmara e as atira um bocado assim de viés também para a junta, acho que não são posturas sérias.

Por exemplo, a poda dos choupos, o terreno em frente à escola, sabem perfeitamente que estas questões não são com a junta, mas a junta, desde que haja disponibilidade da câmara, está sempre disponível para em parceria resolver este tipo de problemas e tem sido a postura desta Junta de Freguesia.

Na questão da Brejoeira atrevem-se a dizer: *“Há falta de uma política e uma prática de levantamento de proximidade por parte da Junta de Freguesia, que conduzisse a um levantamento destas situações, situações que são de carenciados, de modo a que fossem apresentadas às autoridades competentes para a sua solução”*. Aquilo é um Bairro Social e gostaria que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal dissesse qual tem sido o envolvimento da junta, qual tem sido a proximidade da junta junto daquelas pessoas e qual é o papel que a Junta de Freguesia está a fazer.

Isto era para ficar esclarecido.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Manuel Jorge, está farto de saber que para se fazer a ciclovia é preciso haver vontade da câmara, da junta, das Estradas de Portugal e do proprietário do terreno. Da junta e da câmara, os projetos estão feitos e há toda a vontade, ainda não há é o consentimento das Estradas de Portugal e nem do rico azeitonense que tem aqueles terrenos. Julgo que a câmara anda a tentar negociar com ele essa questão, mas o Sr. Manuel Esteves já sabia disso. A verdade é que o senhor ainda não deu a disponibilidade para se fazer e não podemos começar a obra sem o senhor chegar a um acordo com a câmara.

Em relação ao que está na Rua José Augusto Coelho, como deve entender, pessoalmente não gosto, mas há muitas pessoas que gostam. Nunca recebi nenhuma reclamação por escrito na Junta de Freguesia relativamente àquela questão. Nunca! Nunca! Não há lá nenhuma, nem uma. Já tenho encontrado pessoas que gostam e outras que não gostam, mas írem reclamar não.

Não foi a junta que a licenciou, o que sei é que é uma coisa provisória, é o que chamam de arte urbana. Já lá vi muitas pessoas a tirarem fotografias e a gostarem, outros a não gostarem, há de tudo. Senhor Manuel Jorge o gosto não se discute. Pessoalmente não gosto e já o tinha referido e estou desejando que efetivamente a dona comece as obras para fazer o Hotel naquele sítio.

Quanto aos cepos na rua, disse que havia dificuldade em os tirar, pelo facto do saneamento básico de Vendas ser muito antigo. Portanto, não é propriamente chegar ali com a máquina e arrancar.

Tenho alertado a câmara para esse problema, há ali o saneamento naquela rua e é uma operação que tem que ser feita com cuidado. As árvores serão repostas.

Não sei se o Sr. Manuel Jorge mudou de rua e de casa, hoje estou convencida que mudou de terra e de rua, porque em todas as assembleias falava no reasfalto da sua rua e das ruas limítrofes, falava no espelho, falava da sinalética na estrada, no entanto está lá tudo. Se mudou já terá outras preocupações, mas se não mudou seria espectável que efetivamente hoje tivesse uma palavrinha relativamente a isso.

Presidente da Mesa – Quero chamar a atenção dos senhores deputados que a hora vai adiantada, as intervenções têm sido muito longas e ainda temos cinco deputados inscritos para intervir e não passámos deste primeiro terço do período de antes da ordem de trabalhos.

Manuel Fernandes (PS) – Vou acolher com simpatia o facto de ter lembrado que a hora já vai longa precisamente no período que antecedeu a minha intervenção, porque eu vou fazer por isso. Já muitos falaram e quando chegou a minha vez, por acaso, fez bem lembrar.

Na sequência das várias intervenções que já houve em relação à matéria do IMI, decorrente daquilo que foi a apresentação de um folheto nesta assembleia e da exposição feita pelo cidadão Nuno Carvalho, não me quero alongar muito, mas gostava de deixar uma pergunta ao executivo, ou duas, relativamente ao folheto.

Em primeiro lugar gostaria de lembrar que foi o Partido Socialista no Governo, e é bom nós nos recordarmos cada vez que debatemos esta matéria do IMI, que repôs a cláusula de salvaguarda no IMI e foi o Partido Socialista que reduziu a taxa máxima de IMI.

É bom também recordar, porque depois de muitas intervenções, às vezes, pode passar um pouco despercebido. Gostava também de recordar, ou pelo menos ficar um bocadinho surpreendido, que quem coloca cartazes na rua a pedir a redução da taxa de IMI em Setúbal depois se declare *a posteriori* na dúvida se pode ou não reduzir. Essa situação deixa-me um pouco na dúvida e deixa-me até um pouco surpreendido. No lugar dessas pessoas não arriscaria colocar um cartaz na rua a solicitar ou a fazer um apelo à redução da taxa, mas depois vir manifestar dúvidas em relação à mesma.

O Partido Socialista desde a primeira hora, e esta bancada já o tem dito por inúmeras vezes, nunca teve dúvidas. Daí essa proposta que viemos a fazer nesta Assembleia Municipal, tal como também já foi feita na reunião de câmara.

Este mês, em vez de pagar 0,45, que é a taxa máxima, reduzida pelo Governo do Partido Socialista, pagar-se-ia 0,3 se a proposta do Partido Socialista tivesse tido acolhimento por esta assembleia e na reunião de câmara.

Esta é a verdade, mas em relação à verdade, gostava de voltar ao folheto só para fazer uma pergunta, e senhor vereador faça o favor de me retirar essa dúvida se puder. Diz aqui “*Toda a verdade sobre o IMI*”, por que razão é que, quando se dá a informação à população através deste folheto falando toda a verdade sobre o IMI, pura e simplesmente se ignorou o despacho conjunto de dois Secretários de Estado? É que volto a folhear o panfleto, que não é grande, tem apenas quatro páginas, e não fala do despacho conjunto. Como é que se fala toda a verdade e ignora-se uma informação oficial? Não consigo compreender, senhor vereador faça favor de me elucidar.

Depois diz que a Câmara Municipal tentou, em vão, junto dos Governos do PS e do PSD que fosse alterada a portaria. Senhor vereador faça-me o favor, dê instruções aos serviços para distribuírem pelas diferentes bancadas todos os meios, todos os esforços que fizeram em vão, se tiver alguma coisa por escrito, para que seja do conhecimento desta assembleia. Para sabermos que tipo de iniciativas é que este executivo fez e que foram em vão, junto do Governo anterior e deste, para que se pudesse reduzir a taxa de IMI em Setúbal.

Já muita coisa foi falada, mas era só para reiterar a pergunta que foi feita pelo meu colega, que foi o primeiro a falar nesta matéria, se é ou não possível que todas as forças políticas com assento nesta assembleia, tenham a mesma disponibilidade e capacidade de utilização de meios para chegar à população, através da sua visão que é distinta desta, para fazer face àquilo que são as diferentes visões. E isso sim é honrar a democracia, é honrar o 25 de Abril, que todos nós falámos há três dias atrás.

Presidente da Mesa – Só uma questão de pormenor, o aviso que fiz em relação à hora avançada e ao prolongamento que, às vezes, algumas intervenções têm, exatamente antes da sua intervenção foi mera coincidência.

Anita Vilar (CDU) – Tenham calma, eu não vou falar do IMI. Já falámos tantas vezes e é sempre a mesma coisa, é dar uma corda e repetir o mesmo.

Vou simplesmente dar duas informações, que tenho o dever de dar aos senhores deputados.

A primeira é, em como coordenadora da Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, de que na última reunião esteve presente o Sr. Vereador da Cultura, Pedro Pina, que nos garantiu que está disponível para no dia 2 de maio, pelas 16 horas, fazermos uma visita ao Convento de Jesus.

Deixo aqui a informação a todos os membros da assembleia, porque na outra assembleia tinha também dado a informação e está na ata, de que tínhamos pedido essa visita, a qual foi agendada para dia 2 de maio, às 16 horas, à porta do Convento. Todos os deputados estão convidados, para que possam e que queiram eventualmente ir.

A segunda informação é que em setembro, se bem se recordam, foi pedido ao Sr. Ministro da Saúde para receber elementos desta Assembleia Municipal no seguimento de uma moção e no seguimento de reclamações que surgiram relativas a algumas unidades de cuidados de saúde primários.

O Sr. Ministro recebeu-nos, ao Sr. Presidente desta assembleia, o Dr. Rogério, e a mim.

Digo-vos que a visita foi bastante positiva, o Sr. Ministro confirmou que, de facto, esta zona, nomeadamente Setúbal concelho, tem essas unidades, que eram referidas na moção, com carências graves. Ou seja, com um número muito elevado de doentes ou utentes, como agora se diz, sem médico de família na Unidade de Cuidados de Saúde de São Sebastião e do Bairro Santos Nicolau. Foi acrescentado pelo Sr. Ministro que a própria Unidade de Cuidados de Saúde Praça da República, também está carenciada e iam endividar esforços e que até já tinham sido tomadas algumas medidas.

Informou-nos que, neste momento, há 291 médicos de família acabados de sair da sua especialização e que desses 291, 190 estão destinados para um concurso que será aberto na região de Lisboa e Vale do Tejo. Mais nos informou que já tinha mesmo sido publicado legislação para que os médicos que concorrerem para essas Unidades de Saúde carenciadas terem um aumento no seu ordenado de cerca de mil euros.

Aquilo que esperamos, e o Sr. Ministro garantiu-nos que esse concurso ia ser aberto rapidamente, é que efetivamente os médicos de família possam vir, porque já tinham sido abertos dois concursos que não tiveram grande resposta.

O facto de aumentarem o salário nestas condições pode levar a que seja mais fácil alguns médicos de família procurarem as Unidades de Saúde carenciadas e virem até elas.

Eram estas as informações que nós, eu e o Sr. Presidente, queríamos vos dar.

João Vicente (CDU) – O Sr. Deputado Paulo Valdez retirou-me do meu cantinho confortável, sossegadinho e calado e obrigou-me a este desconforto de ter de intervir. Em boa verdade não recebi, até este momento, qualquer protesto seu por não estar incluído em ata a conversa informal que tivemos sobre a questão.

Queria precisar que não estava na ordem de trabalhos, não estava previsto qualquer tempo antes da ordem do dia. Houve uma conversa informal sobre esta matéria, dei conta das dificuldades de comunicação e fiz uma afirmação que para mim é o essencial, e dei uma garantia a todos os membros desta comissão, na sequência das opiniões de cada um. Dei a garantia de que todos os membros desta comissão iriam ser consultados para chegarmos a um consenso sobre a metodologia a utilizar nos trabalhos que temos de fazer.

Considerarei naturalmente que até ali só tinha havido uma conversa informal que era o prólogo para os trabalhos que vamos ter de desenvolver.

Os trabalhos só vão ganhar contornos, razoavelmente definidos, depois de definirmos a metodologia de trabalho. Continua a parecer-me que não faz nenhum sentido estar integrado na ata desta dita reunião que jamais continha este assunto, mas demos um primeiro passo que foi um prólogo.

Nessa altura dei essa garantia e hoje posso dar a garantia que sou capaz de todas as crueldades, por exemplo, de comer ao pequeno-almoço as criancinhas. Sou capaz disso tudo, agora há uma coisa que eu não sou capaz, é de vos retirar este pitéu que é o IMI, para isso não vou contribuir.

Estou mesmo interessado em clarificar, porque um diz uma coisa, outro diz outra. Na altura, quando discutimos informalmente este assunto fiz questão de dizer que nesses trabalhos teríamos obrigatoriamente de solicitar a presença de membro ou membros do executivo para confrontar as posições e solicitar aquilo que documenta as posições de cada um.

É verdade que a verdade é indispensável. É verdade que temos de desmistificar, porque se fazem afirmações a torto e a direito, por exemplo, já esta noite aqui foi dito que a CDU e Setúbal, concretamente, eram protagonistas notáveis e únicos das taxas máximas de IMI. Curiosamente se confrontarmos os municípios de taxa máxima, de cada uma das forças políticas com a totalidade das maiorias dessas forças políticas, verificamos um facto curioso, é que o PSD tem exatamente a mesma percentagem de municípios com taxa máxima que tem a CDU e o PS tem uma percentagem ainda mais alta que a CDU e que o PSD. É curioso, não é? É assim que se desmistificam as bocas que se dizem.

Vamos, garanto-vos, vamos levar isto até à exaustão. Finalmente. Vamos mesmo levar isto até à exaustão. E aí sim, vamos ter oportunidade de acabar com as respostas pitonisas, desmontar as respostas pitonisas, porque me parece que há muito resposta que é rigorosamente pitonisa.

Senhor Deputado Paulo Valdez, vamos ver e desejo que o trabalho da nossa comissão seja capaz, efetivamente, de desmistificar as ditas verdades que urge desmistificar. Para já não tenho opinião, vou ter.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Lamento que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão não esteja na sala, porque é a ela que me vou dirigir, mas em todo o caso poderá depois ouvir a gravação.

É extraordinário que tenhamos uma Presidente de Junta de Freguesia que demonstra aqui mais preocupação em saber se o PSD falou ou não falou nos assuntos, do que em propriamente resolver os problemas das pessoas, os problemas que as pessoas aqui trazem. Fiz uma pesquisa simples e rápida no Google, apareceu-me logo uma notícia de 24 de outubro de 2008, autarcas do PSD denunciam problemas de saneamento básico. Pelo menos desde 2002, que falo nestas questões.

Senhora Presidente de Junta estive como membro da Junta de Freguesia em 2009 e falei nestas questões. Como sabe antes de ser membro da Junta de Freguesia, antes de 2009, eu como cidadão participei em praticamente todas as assembleias de freguesia e em todas elas eu fazia intervenções como cidadão e em todas elas levantava problemas de Azeitão. Por isso se quiser mais notícias sobre estas questões basta pesquisar e rapidamente as encontra.

Depois é extraordinário aquilo que a senhora designa de arte urbana e que diz que há muitas pessoas que gostam e que nunca recebeu nenhuma reclamação, isso é só porque não anda na rua, porque se andasse na rua não encontrava uma pessoa que gostasse e recebia dezenas ou centenas de reclamações. Não há quem goste daquela coisa horrível, porque não há forma de gostar, não há. Por mais que se olhe não há forma de gostar, só se a Sra. Presidente gosta.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte, já nos conhecemos há alguns anos, já andamos nisto há alguns anos e é extraordinário vê-la aqui apresentar-se como uma mulher derrotada, o que demonstra uma impotência total de resolução dos problemas, porque quem a conheceu, Celestina,

permite-me que a trate assim, que eu conheci há uns anos, não era uma mulher derrotada, era uma mulher diferente.

Não era uma mulher que quando lhe apresentavam os problemas dizia: *“Isso não é comigo, é com a Câmara Municipal, não tenho nada a ver com isso, vocês não conhecem as competências de uma junta?”* Eu conheço-as, a senhora é que durante muito tempo as ignorou, e às vezes ainda as continua a ignorar, porque hoje quando lhe apresentam os problemas, e já assisti a isso na anterior Assembleia de Freguesia, agora é tudo com a Câmara Municipal, não é nada consigo. Ah pode é reivindicar, mas já nem para isso tem força. Mas quando é feita alguma obra que é da competência da Câmara Municipal então é só ver a Sra. Presidente da Junta de Freguesia a aparecer e até a reivindicar louros de obras que muitas vezes não são suas, porque não são da sua competência e são da Câmara Municipal é ela que deve reivindicar.

É confrangedor para mim ver que chegou a uma situação de cansaço, de impotente resolução dos problemas e olhe que as eleições estão próximas e com esse sentimento de derrota não auguro nada de bom nas próximas eleições.

Afonso Luz (CDU) – Sobre as duas questões que aqui mais têm sido abordadas e que também se tem falado muito em verdades, relativamente ao Anuário é ou não verdade que todos os anos tem sido editado um Anuário deste género?

Não é pelo facto de ser ano eleitoral que este Anuário aqui está hoje. É ou não verdade, e isso sim é que é a novidade nesta sessão e é por ser ano eleitoral, que a oposição só este ano se está a mostrar incomodada com este Anuário? O que nunca aconteceu nos anos anteriores. Ao contrário da deputada Anita vou mesmo falar do IMI.

É ou não verdade que os setubalenses só não têm já a taxa de 0,40, que aqui é pedida na petição que foi apresentada, porque a isso se opuseram PSD e PS às propostas que foram apresentadas pelo PCP e pelo PEV? Esta é que é verdade.

É ou não verdade que se aqui em Setúbal admitirmos baixar a taxa para os 0,40, imediatamente aparecerá outra petição a pedir para baixar para os 0,30 ou 0,20 ou até chegar aos 0% como está a ser pedido pela vossa candidata em Lisboa de forma perfeitamente irresponsável?

É ou não verdade que vamos por esse caminho? E isto nunca mais para. Qualquer dia haverá uma petição para ser a câmara ainda a pagar para as pessoas terem os imóveis. Esta é que é a realidade.

É ou não verdade que o PSD afirma, em todo o lado, não ter dúvidas, mas que pediu esclarecimentos ao atual Governo?

É ou não verdade que o atual Governo ainda não encontrou argumentos para responder a essa questão? Essa é que é a realidade.

Depois há aqui uma questão que eu gostava de não deixar passar em claro e que convém recordar. Em setembro de 2013 tivemos eleições autárquicas, a petição é um ato de participação cívica e democrática que é de louvar, é de saudar, mas as eleições autárquicas também são um ato democrático. A CDU foi a única força política que não colocou no seu programa eleitoral a baixa da taxa, todos os outros a puseram, os setubalenses foram às urnas votar e todos nós sabemos o resultado dessas eleições. Isto convém lembrar e o compromisso deste executivo continua a ser, e acreditamos que sim, logo que este assunto esteja completamente, mas completamente, esclarecido de baixar a taxa.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Estou muito satisfeita aqui com o desnorte do Dr. Monteiro, porque de facto as eleições estão-se a aproximar e gostaria só de clarificar o seguinte, diga-me uma obra da câmara em que a Junta de Freguesia se tenha apoderado?

Passo a citar, o antigo posto da GNR, Praça de Vila Nogueira, a recuperação de parques infantis, Praceta das Almas, Casal de Bolinhos, rotundas, a rotunda do autocarro, os lavadouros, a Fonte dos Pasmados e os reasfaltos, em todas estas obras, a Junta de Freguesia esteve em parceria com a Câmara Municipal. Então claro, são da junta e da câmara e nunca, nunca me aproveitei de nenhuma obra da câmara, aliás aquelas que são da câmara tenho-lhe a dizer que não costumo lá ir fiscalizá-las. Tenho a certeza absoluta, absolutíssima.

Todas as intervenções, estas e outras, que agora aqui referi, foram em parceria com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e foi isto que sempre foi referido e nem sequer lhe admito que diga o contrário, se não prova em que obra e em que circunstância.

Relativamente às questões que levantou desde 2002 a 2009, deve ter falado, como aqui aconteceu, conforme ia alguém do público é que o senhor reforçava essa questão, porque não tenho ideia que relativamente à Quinta do Picão ou à da Salmoura o senhor tenha falado na Assembleia de Freguesia. Não tenho ideia que sobre a biblioteca o senhor ou alguém do PSD tenha levantado a questão na assembleia e foi isso que eu disse.

Presidente da Mesa – Senhora Presidente atenção, vou-lhe conceder a palavra em seguida, mas pedia-lhe o favor de não se dirigir dessa maneira tão direta, em termos de diálogo, ao senhor deputado. Fale na generalidade para toda a população.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Já respondi.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Ainda sobre o tema do IMI, algo que foi suscitado pela intervenção do deputado Afonso Luz, porque foi dito aqui pelo deputado Paulo Valdez, mas depois não ficou registado em ata, nunca foi apresentado pela CDU nesta Assembleia Municipal a proposta 0,40 como taxa do IMI e não foi votado.

Essa questão nunca foi aqui proposta a votação, e ao contrário do que disse o deputado Afonso Luz, a coligação propôs e até foi uma proposta em que o primeiro subscritor foi o deputado Nuno Magalhães, que aqui está hoje. Foi proposto uma taxa para o IMI familiar, que não era sequer a taxa mínima e os senhores votaram contra. Essa é que é a verdade dos factos.

Como no programa eleitoral não se propuseram baixar a taxa do IMI, foi isso talvez a razão que me fez pedir para intervir novamente e julgo que aí o deputado Afonso Luz, peço desculpa pela redundância, pelo pleonasma, fez luz sobre a questão, porque está assumido que a CDU não propôs em 2013 baixar a taxa do IMI.

Assumam de vez a vossa posição, querem é a taxa no máximo. Assumam só isso e acabou-se a controvérsia. A questão é só essa, é assumirem que querem a taxa no máximo, não é porque há dúvidas suscitadas por um qualquer parecer jurídico que não é oficial. Assumam as vossas responsabilidades.

Afonso Luz (CDU) – Ó deputado Paulo Calado, quando me referi à Assembleia, foi à da República, não foi à Assembleia Municipal. Não.

Sim, claro. Não propusemos, porque entendemos que legalmente não o podemos fazer, mas referi que o PCP e o PEV na Assembleia da República e até perante o Governo, apresentaram essas propostas, as quais foram rejeitadas. Aqui não, porque entendemos que não o podemos fazer legalmente.

Carlos Batista (PS) – Vou ser rápido, mas sem antes lamentar, mais uma vez, a ausência da Sra. Presidente nesta Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. É bom ficar esclarecido que creio que esta é a terceira ou a quarta vez consecutiva que a Sra. Presidente prima pela sua ausência. É uma questão de se ir ler as atas Sr. Presidente. É evidente que a Sra. Presidente pode ter outra agenda, pode sim senhora. Está bem representada através dos seus vereadores? Está sim senhora, mas também como se costuma dizer, não é a mesma coisa, com todo o respeito que tenho, mas está bem representada pelos seus vereadores.

O que leva realmente a falar é algo que me vem a preocupar algum tempo, já troquei impressões com o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, é sobre o excesso de consumo de sacos de plástico, principalmente na venda de produtos hortícolas no nosso Mercado do Livramento. Acho que é um problema grave, porque é que não usam aqueles sacos em rolo? Usam aqueles sacos de plástico de asas, rijos e há uma grande dificuldade depois em fazer a reciclagem. Um indivíduo compra uma laranja e leva um saco de plástico, compra uma couve-flor e leva um saco de plástico, compra dois alhos e leva um saco de plástico.

Ao fim de semana vou frequentemente ao mercado e é um assunto que me tem preocupado, já falei com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e julgo que a câmara deve pensar nisto, porque é um problema ecológico e a câmara deve tentar rever melhor esta situação.

b) Intervenção do Executivo

Vereador Manuel Pisco Lopes – Talvez fosse útil algum esclarecimento prévio depois de três horas e dez minutos do início da sessão, em que 90% das questões foram colocadas ao executivo, 7% terão sido transferência da Assembleia de Freguesia de Azeitão para esta Assembleia Municipal e 3% terão sido colocadas à Mesa da Assembleia.

Senhor Presidente, qual será o tempo aconselhável de intervenção?

Presidente da Mesa – Faço um apelo para à sua capacidade de síntese que sei que existe e que tem sido demonstrada sobejamente.

Seria uma injustiça, perante essa avalanche de perguntas e questões que lhe são postas limitar o seu tempo de intervenção a 20 minutos, que é o que está estabelecido, mas digamos uns 25 minutos, 30 minutos no máximo.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Vou tentar surpreender Sr. Presidente, porque se alguma das largas capacidades que possa ter, a de síntese que seja uma delas, então sugeria que não tentasse responder pessoalmente intervenção a intervenção, mas como houve também uma sobreposição de intervenções, houve muitos temas a chover no molhado, como se diz, responderia sistematicamente às questões que os vários intervenientes colocaram, juntando as do público com as dos deputados.

Pedia ao Sr. Presidente que me autorizasse também a repartir um pouco a carga, para não ser cansativo, pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal para que pudesse responder em relação às questões colocadas sobre obras.

Presidente da Mesa – Sugestão aceite.



Vereador Manuel Pisco Lopes – A questão mais usada hoje é o IMI.

Sobre o IMI há duas questões essenciais que são colocadas, uma é sobre a verdade material, o que é que está na questão do IMI, e a outra é a do foro meramente político-partidário.

É a consideração de que há documentos e informação que é de cariz político-partidário a partir do reconhecimento de um cidadão que, assumindo-se como putativo candidato à Câmara Municipal, em pré-época eleitoral começou a oferecer o seu rosto aos cidadãos com a palavra IMI, recolocando a questão. Começou fora do período de campanha eleitoral, sabendo-se que há de haver eleições, como vai haver agora em 2017, mas também há de haver em 2021 e há de haver em 2025, esperemos que as coisas não se alterem e que continue a haver eleições.

Fora da época eleitoral coloca a questão, uma vez mais, e uma vez mais o município, os órgãos do município, não o PCP, não os Verdes, o Partido de Intervenção Democrática, não essas forças, havendo um cidadão que expõe ou procura a sua notoriedade com o tema IMI e que entende que não pode deixar o esclarecimento da população estar sistematicamente a ser obliterado e lança a confusão.

Daí procurar a divulgação, colocar nos meios normais de comunicação que a câmara utiliza para outras matérias, para tudo aquilo que faz, é no *facebook*, é na informação à população que faz este efeito. Andamos na rua, não sobre o tema da polémica que os senhores pretendem fazer crer que é uma resposta partidária, mas andamos a prestar contas do trabalho feito, do projeto que executamos todos os anos, fora do último ano de mandato. Ano após ano, “Ouvir a população, construir o futuro”, andamos na rua, os eleitos do executivo das juntas de freguesia andam nas ruas a dizer que cá está a prestação de contas daquilo que este ano, como nos anos anteriores, foram identificados como problemas a resolver nesta junta, nesta rua, nesta praça e que ficou resolvido ou que não ficou resolvido e porque é que não ficou resolvido. Está a ser distribuída essa informação à população e os eleitos andam aí na rua, como andaram nos anos anteriores em que não havia eleições.

A nossa prática é esta, se no ano em que há eleições os senhores a descobrem e acham que é político-partidária, então denunciam-se e vêm aqui dizer se vocês fizeram político-partidária a distribuir um *flyer*, eu também quero distribuir um *flyer*, não?

Foi a posição dos órgãos do município, o IMI foi aprovado e os fundamentos que os senhores não aceitam e que aprovamos maioritariamente, porque há democracia e a decisão é essa. Foi aprovado maioritariamente no executivo, foi aprovada maioritariamente na Assembleia Municipal, não foi o PCP que sozinho decidiu que os senhores tinham que votar isto, foram estes eleitos nos órgãos do município.

Não é uma questão de político-partidária, é uma questão institucional e a informação que o município faz é institucional à população. Quando houver tentativas de confundir e voltar a confundir, tentaremos esclarecer outra vez, porque entendemos que é nossa obrigação, não é por razão eleitoralista.

Colocar o tema antes de tempo e fazer uma pré *season* eleitoral, é próprio da oposição que tem que ter tema, mas respondemos e esclarecemos sobre o ponto de vista da autonomia que cabe ao município, como muito bem disse o Sr. Deputado Paulo Valdez.

Somos autónomos e a nossa autonomia é para interpretar a aplicação da lei, do enquadramento existente de que o município deve aplicar aquela taxa e não aplicar um inferior, mas para o fazer devia alterar a lei a tempo e horas.

Foi a partir desta discussão que se propôs, e esse trabalho foi feito através dos partidos que representamos e isso tem que ser mexido na lei, e o PCP foi à Assembleia da República e propôs 0,4 como taxa limite. Os senhores do PSD não acompanharam, pois não? E porque é que acompanhou em Setúbal? Por questão eleitoral. Isso é hipocrisia política. É hipocrisia política permitir que a taxa máxima baixe no quadro legal que a lei permite e os senhores não

acompanharam e vêm acusar os que são obrigados a seguir esse enquadramento legal a fazê-lo.

Muitas câmaras, como foi muito bem explicado na intervenção, creio que do deputado João Vicente, muitas câmaras do PSD também aplicam taxa máxima, muitas do PS também aplicam a taxa máxima, por mera opção de autonomia. Acontece que nenhuma das câmaras está sob o regime de saneamento ou de reequilíbrio financeiro, nenhuma seja de que partido for, a maioria nenhuma tem menos que a taxa máxima.

Há o mesmo entendimento na autonomia da interpretação da lei, há o mesmo entendimento de que estes municípios estão, de facto, sujeitos a essa taxa máxima. Mas a falta de postura político-partidário de eleitoralismo é assumir a realidade das coisas e ir às eleições com essa realidade. Foi com esta realidade que já fomos em 2009 e já fomos em 2013 e a campanha era essa.

Meus caros senhores, membros da assembleia e da oposição, sujeitem-se a essa realidade, apresentem-se de novo às eleições com esse tema e puxe putativos candidatos que se alinham para disputar as eleições. Farão a mesma coisa, quantas vezes retomarem o assunto lançando a confusão e as dúvidas, os despachos de interpretações, as meias verdades, e nenhum despacho diz que é possível abdicar das receitas máximas na cobrança das taxas. Porque é que este município tem o que se designa como o maior grau de autonomia financeira? A autonomia é o quê? É ter receitas próprias, porque as transferências, segundo a lei de Finanças Locais, dos fundos municipais estão numa taxa muito ínfima, são 12 e qualquer coisa por cento do total das receitas. São mais um pouco? Mas são ao nível de municípios como Idanha a Nova, como Santiago do Cacém, como Alcácer do Sal que não têm 120 mil habitantes.

Uma receita principal é uma receita estruturante das outras receitas do município e os senhores da oposição gostariam muito que abdicássemos das receitas para a câmara funcionar, como estamos ainda em reequilíbrio financeiro nem se pode abdicar dessa receita, não se pode responsabilmente, não demagogicamente, abdicar de receitas para fingir que a população saiu beneficiada.

Um dia que os senhores ganhem a maioria democraticamente, não sei se haverá oportunidade para isso pelo andar da carruagem, mas haverá naturalmente e vos irão perguntar pela vossa decisão de baixar.

A questão, de facto, é que a vossa interpretação continuará a ser a que é, a vossa incoerência está demonstrada, porque a atitude política é uma em Setúbal e é outra nos municípios em que têm a maioria.

O que se disse nesse comunicado é um insulto aos setubalenses é uma falta de respeito pela decisão maioritária dos setubalenses. Os setubalenses em eleições sucessivas têm votado, têm dado maioria a quem assume frontalmente esta obrigação e também é uma falta de respeito pela decisão democrática dos setubalenses.

Não foi um folheto partidário, não foi um folheto que saiu de qualquer força política que está na coligação que tem a maioria nesta câmara, foi uma informação institucional do município que será feita as vezes que for necessário, utilização de figuras públicas na proteção à imagem não colhe aí, os senhores é que publicaram a imagem em placard.

Essa imagem que o senhor diz que não deu autorização, fazem parte das imagens públicas que foram colocadas em público pelos senhores, não fomos captar as imagens a nenhuma reserva particular. Não fomos, pois não? Reconhece que a imagem é pública colocada a público pelos senhores?

O direito à reserva de imagem tem que ver com a exposição pública que os senhores próprios fizeram dela como figuras públicas. Essa reserva de imagem não é para aqui chamada.

Quanto a uma questão que não tem outro enquadramento e, portanto, não pode ser tão sistemática, que o Sr. Ricardo Nilha colocou sobre os ecopontos na rua Sebastião da Gama, se

não podiam ser desviados da sua rua. A questão pode fazer sentido sempre que alguém tem um ecoponto incendiado ao pé da sua casa ou três ecopontos incendiados, ou três incêndios no mesmo ecoponto ao pé da sua casa ou ao pé do seu carro ou ao pé de qualquer propriedade sua. A questão não é o local como sabe, a questão do local é que temos mais reclamações por falta de ecoponto próximo das casas do que afastado das casas, mas também acontece as pessoas não quererem o ecoponto no lado da sua rua, mas estar no lado contrário, qualquer coisa que fique próximo da casa de outra pessoa.

Sempre que há possibilidade de colocar um ecoponto para servir uma determinada zona, mais ou menos próximo de um raio de 100 metros, que não seja ao pé de casa, porque se algum está posto ao pé de habitações ou de portas e há espaço disponível para colocar noutra espaço, será colocado nesse espaço, não há dúvida nenhuma.

Mas há, de facto, uma questão de vandalismo que é cíclico, as coisas estavam a reduzir um pouco e não é nunca numa localidade só. Isto é mais ou menos ao mesmo tempo, em Almada, no Seixal, em Setúbal, são os pontos mais críticos da área da Península de Setúbal na queima de ecopontos.

Há pouco tempo retomou-se, outra vez, alguns incêndios, mas se houver um local próximo que sirva as mesmas residências que incomode menos, claro que esse é o local escolhido, não haja dúvidas sobre isso, mas iremos averiguar essa situação na rua que mencionou.

Quanto à biblioteca, se algum executivo municipal, se alguns executivos da freguesia têm dinamizado a cultura neste concelho, por amor de Deus, ou não estão cá, ou andam com os olhos vendados. Os senhores não vêm a dinâmica cultural criada neste município?

Em Azeitão também não deve ter razão de queixa. O senhor pode crer demonstrar as falhas de iniciativa do município ou da junta, onde quer que queira, agora há atividades culturais, conforme o tipo de iniciativas. Há eventos que não se vão fazer nem nas Praias do Sado, nem na Gâmbia, nem Azeitão como um espetáculo que cabe só no Fórum Municipal Luísa Todí. Se for um concerto da Orquestra Metropolitana, se for um Ballet, se for algumas peças de teatro, se for tantas outras coisas que têm um local próprio para se fazer e têm uma centralidade na sede do concelho que justifica o usufruto dessas iniciativas culturais por todos os habitantes do concelho. O que se faz em Setúbal não é exclusivo para os habitantes da União de Freguesias de Setúbal, é para todos os habitantes e visitantes.

À parte dessa intervenção que me parece que é disputa local em Azeitão que me abstenho de comentar.

Quanto à biblioteca o Sr. Vereador Carlos Rabaçal dará explicações sobre o andamento das obras e sobre todas as obras no seu conjunto.

Se alguém não vê o andamento, a evolução que este município teve com obras úteis, que os senhores da oposição não conseguiram ir contestando e as obras inúteis em que o Sr. Paulo Valdez disse uma, a do Largo de Jesus. Há mais, mais meia ou mais três quartos.

Aqui não se tem contestado muito, mas a população também não as contesta e reconhece a utilidade. Não fazemos obras de vulto do quadro comunitário de apoio no QREN, fez-se um conjunto de obras que são conhecidas e que serviram para as eleições de 2013, não as vou aqui replicar pois toda a população as conhece e os senhores também entendem e sabem perfeitamente o que foi feito.

Na última vaga com menos investimento forte, a alteração na rede viária que se tem vindo a fazer com uma intenção, não é por acaso, de tornar mais facilmente circulável, ser mais fácil andar em Setúbal, dar mais espaço aos cidadãos, é isso que alguns dos senhores deputados aqui do PS várias vezes nos acusavam de transformar as avenidas em ruelas. Essa acusação corresponde a devolver espaço ao cidadão, espaço ao cidadão que anda a pé, espaço ao cidadão que anda de bicicleta, arejar a cidade como ela está hoje.

Os senhores vão para a campanha eleitoral dizer que é uma desgraça e que está mal feito, que as avenidas são ruelas. Vão dizer isso, eu gosto que digam isso, tenho interesse particular nisso. Particular, partidário, digamos assim. Façam isso, porque a população sabe ler.

Tenho que dizer algo sobre a Mitrena, porque o cidadão António Freitas veio fazer comentários sobre o Plano de Emergência, julgo que não é a primeira vez, mas não tenho a certeza se foi o senhor que já tinha feito antes, e quer saber se está previsto alguma revisão do plano, porque disse que o combate nos dois incêndios foi muito negligente.

Não sei se o senhor tem alguma qualificação técnica ou alguma autoridade para se pronunciar dessa forma.

O que os órgãos deste município reconheceram, e esta assembleia também o reconheceu, foi que existiu um trabalho muito diligente, não negligente, feito pelos bombeiros, pela proteção civil, por todos os intervenientes e com o proveito de termos aqui nesta Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, uma unidade de combate a acidentes químicos. Isso permitiu que as consequências fossem muito poucas, sobretudo no primeiro incêndio, o do enxofre que foi o mais grave. Até agora as autoridades sempre referiram o máximo de diligência e os inquéritos estão a decorrer, e a única resposta que lhe posso dar é que não reconhecemos negligência nos agentes de proteção civil e do combate a incêndios que trabalharam naqueles dois sinistros, de maneira nenhuma.

As opiniões são para quem as tem. É a sua opinião, é um facto, mas estou-lhe a dizer que a opinião do órgão municipal não é essa.

Presidente da Mesa – Senhor vereador agradecia que não entrasse em diálogo, porque assim não acabamos hoje esta sessão. Senhor Vereador Manuel Pisco agradecia que continuasse e informo que tem 10 minutos para falar.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Assim é mais fácil para mim. Um reparo breve sobre os bombeiros que também é desvalorizador aquele destacamento de Bombeiros Voluntários que está em Azeitão, porque até agora o trabalho feito tem sido reconhecido de bom nível e de bom entrosamento, ligação e suficiente para as necessidades do trabalho daquele destacamento em Azeitão. Se são muitos ou se são poucos é uma consideração pessoal que informo que não é acompanhada e não é reconhecida por este executivo municipal.

A questão do Picão remeto para o Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

A questão da *Macau Legend*, o ponto de situação é que, tal como desde o início quando se anunciou a assinatura do memorando de entendimento, o senhor disse que o compromisso estava assumido e que haveria de haver mais de um ano a preparar estudos e projetos para fazer alguma coisa em concreto, não seriam dois ou três meses depois.

O enquadramento do projeto ainda está em definição, evoluiu para a assunção de um plano de interesse nacional, o Governo assim o pretende enquadrar, portanto o Governo tem uma opção também no sentido de fazer esta operação, julgo que se irá desenrolar mais rapidamente. O plano de pormenor, os procedimentos têm que ser feitos, têm que vir à câmara e a seu tempo serão apresentados aos órgãos.

Julgo que pudesse entender que, pretendendo pontuar com uma reafirmação do compromisso, o investidor esteve em Setúbal há uma semana e pouco, foi público, mas assumiu um novo compromisso em relação ao espaço contíguo, que é o cais 3.

Manifestou a intenção de adquirir aquele espaço, independentemente do projeto para desenvolver ali atividades que irão ser conexas com o projeto turístico, portanto, é uma reafirmação desta intenção e estamos com um tempo normal para que os estudos de planeamento de investimentos desta natureza sejam desenvolvidos e sejam apreciados pelos órgãos do Governo Central e do Governo Local.

Existe o que acabei de dizer, se isso é suficiente para si, para esta maioria é suficiente.

Quanto ao autismo, não é o autismo político, infelizmente, o autismo político tem cura, ganha-se e perdem-se eleições e os autismos vão ficando no bolso de cada um. Mas em relação à questão do autismo andamos a fazer um trabalho de apoio à Associação dos Pais das Crianças Autistas, andamos a trabalhar para a reabertura da sala que está na Escola do Casal das Figueiras que foi encerrada e pela disponibilização de técnicos, de professores com qualificação adequada para o apoio a estas crianças.

Se dúvidas houver basta contactar a Associação do Problema do Autismo para saber do apoio e do acompanhamento que a Câmara Municipal, através da Sra. Presidente e da Divisão de Educação, sempre tem dado a esta questão e estamos precisamente a trabalhar com a DGESTE para reforçar a abertura de mais uma sala.

Havendo há pouco tempo uma apresentação de um Plano de Mobilidade Sustentável e de um Plano Estratégico para Setúbal, em que se começou a trabalhar em 2016 e que pusemos uma meta de 26, o que coincide com 10 mais anos. Começámos em 2016 e lançámos o Plano Estratégico para 10 anos.

Havendo duas sessões com o pedido e a concretização para que cada um destes projetos fossem apresentados especificamente aos eleitos dos órgãos autárquicos da Assembleia Municipal, do Executivo Municipal, das Assembleias de Freguesia, dos executivos de freguesia, fizeram sessões específicas só para antes da apresentação ao público ser apresentado aos eleitos, passando para discussão pública para colher mais contributos para colocar esses projetos em condições de virem aos órgãos municipais e fazer-se então aqui a discussão.

Quando vier aos órgãos municipais já é a terceira oportunidade de discussão, que o olhamento de grande parte dos eleitos destes órgãos não admite que venha aqui ser transformado em acusação de não ser primeiro que tudo discutido na Assembleia Municipal. Primeiro que tudo como? Estamos a terminar os projetos, os trabalhos técnicos estão a ser acabados, estamos a fazer a auscultação.

Convidamos especialmente para que nem pudessem dizer que na fase de preparação também não foram ouvidos, não compareceram às sessões e o Sr. Deputado Paulo Valdez vem-nos aqui acusar de não ter trazido o processo. Vai-se trazer com os contributos e com a preparação nos períodos dispostos para poder discuti-lo.

Mas é um documento importante que confirma muito do trabalho que se tem feito na gestão CDU, que confirma visões e perspetivas de futuro que não andamos a trabalhar ao arrepio das probabilidades mais evidentes de desenvolvimento económico e social deste concelho. Julgo que facilmente se obterá um consenso naquele plano, porque ele é feito por quem tem muita experiência destes trabalhos e espero que saibamos aqui fazer uma discussão séria, despida de contrariedades e vontades de dizer mal ou de contrariar só por contrariar, para que se possa fazer consenso sobre uma estratégia.

Se não for completamente coincidente com outras estratégias que estejam a ser apuradas, mas que haja uma perspetiva consensualizada é mais importante um pacto estratégico do que um plano estratégico. Se não houver um pacto estratégico há disputas permanentes, o seu plano é melhor que o meu e não pode ser um plano de uma maneira circunstancial. Não deve caber só num mandato, tem que caber em vários, porque o rumo tem que ser percorrido, tem que ser o mesmo e o caminho tem que ser percorrido durante vários mandatos.

Todos os anos se publica o Anuário, só em ano de eleições é que os senhores deram pela sua publicação? Andaram sempre distraídos? Não é de agora, não foi este ano. Não cabe nos vossos conceitos que a divulgação e a mostra do trabalho feito neste município é importante para o desenvolvimento e para captar investimento?

Está-se rindo para mim Sr. Deputado Paulo Calado?



Está a rir por estar cansado? Ótimo, é bom.

Amanhã há uma informação que tem que ter um certo nível diferente da informação mais corrente. É frequente, apesar de já várias vezes ter sido dito, não sei se os senhores acreditam ou não, que há muitos contactos no plano mais institucional com câmaras de comércio, com embaixadas, com visitas de missões económicas, e não se vai distribuir uns folhetos é necessário um documento mais completo.

Agradeço os parabéns dados pela abertura do Forte de S. Filipe, é sempre agradável ouvir os parabéns vindo de quem vem, vindo de quem está mais na predisposição de contestar de que falta isto ou falta aquilo, nomeadamente que falta o Forte de Albarquel, que falta a Bateria do Outão.

Sabe-se que na informação que já foi dada, não é uma execução dependente do município, mas o município muito tem trabalhado para que aconteça a utilização, porque a venda do Forte de Albarquel está feita. Foi um investidor particular que adquiriu para fazer ali um Hotel e está com os projetos em desenvolvimento.

O Estado, que é o proprietário, já realizou a venda e só não realizou a da Bateria do Outão por razões que são do foro burocrático das entidades do Estado que estão nas avaliações e ainda não lançaram o procedimento, porque interessados também há e procurados por esta administração municipal.

Irá acontecer mais rapidamente o aproveitamento do Forte de Albarquel do que da Bateria do Outão, mas são duas situações que estão perspetivadas e irão acontecer certamente e tudo faremos por isso. Não devemos sair do exercício deste mandato, dos mandatos da nossa maioria, sem ver essas duas obras concretizadas. Parece-me que não arrisco nada em dizer isto.

O município não faz um jornal sobre as Praias do Sado ou sobre a Freguesia de Gâmbia, não vai fazer um jornal sobre Azeitão, agora se está a falar de informação de obra em concreto, obra a obra, vai ser agora dada alguma informação e julgo que satisfará a curiosidade do cidadão que colocou o problema.

Julgo que posso terminar já a minha parte e pedir que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal dê algumas explicações sobre questões colocadas relativamente às obras.

Vereador Carlos Rabaçal - Em relação ao sítio do Picão, já conversei com a Sra. Ana Gaio, não tenho informação detalhada da situação e comprometi-me para a próxima semana chamar a senhora e dar-lhe o ponto da situação e a perspetiva de desenvolvimento futuro dessa obra, visto que parece ali haver uma situação complicada. Mas não tenho informação suficiente para poder aqui esclarecer a senhora. Na próxima semana ficará tudo esclarecido e também se na assembleia o entenderem poder-se-á fazer chegar a informação.

Relativamente a outras obras, só uma nota breve, temos 103 empreitadas em curso, aliás, nos últimos anos tivemos sempre em cada ano entre 90 a 100 empreitadas em várias fases, arranque, desenvolvimento, fecho, etc.. Neste momento temos 103, das quais 70% são de infraestruturas de saneamento e abastecimento de água. É um investimento fortíssimo nesta matéria que está distribuída por todo o concelho.

Temos a decorrer em Azeitão um novo emissário na Aldeia da Portela, São Pedro e Piedade, que são 2Km de emissários que vai ligar o emissário da Quinta do Conde para a ETAR da Quinta do Conde que limpa toda aquela zona. Temos outras obras em curso, temos obras sociais, até podíamos fazer algo interessante, se houver conveniência nisso, com a Junta de Freguesia, com os Deputados Municipais, com quem quiser, fazer uma visita às obras em curso em Azeitão que são imensas. Sejam superficiais, sejam de parceria com a junta, ou sejam da câmara ou sejam até da junta, o que menos falta ali são obras.

É interessante verificar uma crítica sobre o afastamento da câmara das zonas que não são o centro da cidade, e tenho lido em vários jornais, o que só revela uma total ignorância do que se está a passar no concelho. Pelo menos podiam perguntar e dizíamos, não custava nada.

O que acontece neste momento, é que em Azeitão é a área em que temos feito mais trabalho de infraestruturas, porque também é a que mais precisa, é a mais carenciada e a que está mais atrasada ao longo do tempo.

As infraestruturas que estamos a fazer não dão no olho, não dão nas vistas, mas estão lá. Abrem-se os buracos, o que incomodam muito, a seguir fecham-se os buracos e está enterrado não se vê. Creio que é preciso fazer uma leitura correta do que está em curso.

Repito, 70% das obras que estão em curso, das 103, são infraestruturas de saneamento básico e abastecimento de água e pluvial, além de quilómetros de estrada, quilómetros de passeio e contam-se por quilómetros também as redes de abastecimento e as redes de saneamento que estão em curso.

Na outra ponta, no Sado, estamos a desenvolver o sistema Faralhão-Pontes, que são cerca de 6 Km de emissário que vai fazer a limpeza integral do esgoto que está a drenar para o rio do lado do Faralhão-Pontes e que vai para a ETAR de Setúbal finalmente.

Quando se fez a ETAR de Setúbal essa ligação devia ter sido feita logo, está atrasada vinte e tal anos, quase trinta, e está a ser feita agora. Quando acabar esse sistema, fica resolvido o problema do saneamento daquela zona, a qual vai ficar toda ligada ao sistema de drenagem de esgotos domésticos que irá para a ETAR de Setúbal. O que é que vai acontecer ali?

Relativamente ao Monte dos Patos, já houve uma conversa com os moradores fora daqui e até numa reunião aqui e foi-lhes informado que estamos a fazer o sistema e fora desse sistema havia uma indicação potencial que custava 350 mil euros para 50 habitações. Eles também acham que não é razoável, e decidimos que dentro de ano e meio, dois anos, poderemos ter a ligação do Monte dos Patos ao emissário novo, porque este emissário é que permite drenar todas as aldeias, todas as urbanizações daquela zona e até lá combinámos com as Águas do Sado que dentro de cinco, seis meses vão começar a limpar as fossas. Limpar as fossas pelas Águas do Sado está dentro da tabela de taxas normal e que está estabelecido no preçário do nosso tarifário.

É uma solução intermédia, mas que resolve parcialmente o problema até que a ligação esteja feita. Era totalmente irracional fazer redes de drenagem de esgoto doméstico nas aldeias daquela zona para drenar para onde? Só para as valas, porque não há emissários para colher o esgoto, para drenar esse esgoto para a ETAR de Setúbal. A partir do momento em que esta infraestrutura, que é estruturante, estiver resolvida liga-se tudo e segue. É uma linha de intervenção estratégica e o mesmo acontece aqui em Setúbal, porque temos, como há pouco disse, 103 empreitadas em que as que estamos a tratar é de obras que não são para hoje e nem para amanhã, são obras estratégicas e estruturantes, que estão a ser desenvolvidas.

Há uns senhores que vêm num texto a dizer, “Estaleiros de Setúbal” e de seguida dizem umas barbaridades, mas não estamos em estaleiro desde que eu cá estou, pelo menos há oito anos e já antes também. Porquê? Porque é necessário estaleiro de equipamento escolar, estaleiro de equipamento cultural, estaleiro de equipamento desportivo, estaleiro de infraestruturas e estaleiro de uma coisa que se tem que se perceber. Há coisas novas a fazer e a manutenção de um concelho em que as coisas envelhecem e têm que ser substituídas e restauradas. É impossível parar e quando pararmos a cidade começa a cair, portanto o estaleiro é absolutamente inevitável.

Uma outra questão que quero deixar clara é que esse estaleiro vai prosseguir para o próximo mandato, esteja cá quem estiver, porque neste momento estão contratadas obras que vão arrancar no final, já depois das eleições, e que são obras que vão durar até 2018, 2019 e 2020. Uma das obras, que é uma obra muito relevante, é a obra da central elevatória dos

combatentes que vai drenar todo o esgoto do Viso, Av. Daniel de Sousa, Av. dos Combatentes e chutar o esgoto para a ETAR de Setúbal e vai apanhar também uma parte do esgoto que vem da Av. 5 de Outubro e que vai drenar essa obra também. Na mesma empreitada vai haver a segunda fase do emissário, chamado o emissário dos Ciprestes, que vai drenar toda a zona de São Gabriel e que vai limpar a Ribeira do Livramento do esgoto que ainda tem e adeus ao esgoto no Naval, que é uma história antiga em Setúbal. Essa situação vai resolver esse problema e o das cheias também.

São 6 milhões e tal de obra que estão neste momento em movimento e que vão, sobretudo, desenvolver-se já em 2018, 2019, embora alguma comece já em 2017. São obras estruturantes e que estão a andar. Quem cá estiver tem que as fazer, estão contratadas, é para realizar. Estão contratadas com os fundos comunitários e estão adjudicadas a empreiteiros que vão desenvolvê-las.

Porque é que estou a dizer isto tudo? É que houve alguém que disse que estamos a fazer obras de limpar a cara, para já, no eixo viário central. Fazemos no eixo viário central, como é visível, mas quem diz isso e diz que não se faz mais nada, está noutra mundo qualquer que não no concelho de Setúbal. É tão simples, é irem ver as coisas. Já tive que fazer para um jornal uma lista de 10 ou 12 obras e disse que há mais 100, se quiser peça que eu mando.

Há dias saiu uma notícia a dizer que a Câmara de Setúbal está a fazer obras de limpeza da cara, mas que deixa as infraestruturas todas podres por baixo e que não mexe nelas. Isto é absolutamente ridículo. Aliás, se vocês forem ver a preocupação que houve com o atraso da rotunda e da rua Mariano de Carvalho (a rotunda dos Correios), e o atraso da Olga Morais Sarmiento tem que ver com obras que se fariam num mês e meio, dois meses se fossem só superficiais. Na Olga Morais Sarmiento tivemos que fazer novas ligações de abastecimento de água, esgoto pluvial, esgoto doméstico, todas as infraestruturas de todos os agentes que lá estão, da EDP, da PT, etc., numa negociação prolongada. Apesar disso, a obra desenvolveu-se bem até ao momento em que a empresa TECNOTURI, a quem pagámos tudo o que devíamos, porque aquela obra está dentro do empréstimo que permite pagar a taxa, a faturação regularmente. Essa empresa abriu insolvência por razões que não tem nada a ver connosco e agora tivemos que fazer a passagem da posição contratual, que é um processo legal normal, mas que levou 10 dias, a uma outra empresa que vai pegar no trabalho a partir do dia três, e se tudo correr bem, teremos a Olga Morais Sarmiento, exterior e miolo interior, concluída até final de maio. Se tudo correr bem é isso que vai acontecer.

Só para saberem que não há ali nenhum problema.

Foi aqui falado uma coisa de gás e tal, sou vereador das obras e da proteção civil e não me foi reportado nada de grave. Há sempre situações em que se pode romper esta ou aquela infraestrutura, mas não me foi reportado nada de grave, seguramente não existiu nada de grave ali.

O mesmo se pode dizer na Mariano de Carvalho, em que nós tivemos que substituir tudo quanto era infraestruturas, havia uma medalha de infraestruturas, cabos elétricos colados com o abastecimento de gás, uma malha absolutamente anárquica e aleatória de infraestruturas que teve que ser toda gerida, reorganizada e reestruturada e numa zona em que o terreno é muito mole em que se teve que trabalhar com entivação sucessiva, o que obrigou a que se trabalhasse metro e meio a metro e meio, dois metros a dois metros de forma a garantir que aquilo não caía tudo.

São obras complexas, exatamente porque não fizemos o que aquele artigo que li dizia e que era mentira, que só trabalhávamos por cima. Não! Por cima estava feito há meses, mas o que tem que ser feito e bem feito leva muito tempo. Vamos ter que fazer isso em toda a zona velha da cidade. Tudo! É um estaleiro total da cidade para regularizar infraestruturas velhas da cidade, para se por de novo, como há pouco referi. Acontece o mesmo na Rua de Brancanes,

esteve-se até agora só a fazer as infraestruturas e a breve prazo vai-se começar a fazer o revestimento superior e aquilo rola rapidamente é o mesmo que está a acontecer em muitas outras situações da cidade.

Em relação ao Museu Sebastião da Gama, devia estar pronto há cinco meses, não se previu uma alternativa, porque era uma obra rápida e simples, mas quando se foi ver a consistência da placa superior do museu verificou-se que o que lá estava não correspondia ao que estava nas telas finais. Era uma placa frágil que não iria segurar o que estava previsto pôr-se em cima, então decidiu-se pedir à empresa que fizesse um outro trabalho, não trabalhos a mais, um trabalho diferente para consolidar aquela placa e a empresa empatou e empatou, porque não estávamos a pagar ao ritmo que eles queriam. Chega o empréstimo e eles continuam a empatar e a empatar e nós demos um prazo, porque já não tinham razão para estarem a empatar, mas eles continuaram a empatar e nós rescindimos o contrato. Depois teve os seus problemas, rescindimos legalmente o contrato, tivemos que fazer a conta final, depois teve-se que agregar um novo caderno de encargos, um novo procedimento e isto está em consulta até ao dia dois de maio para desenvolver. Se tudo correr bem, daqui a mês e meio começaremos a obra. Esta é a situação daquela obra.

Estou a falar no conjunto das obras só para dizer que em cento e tal obras, há meia dúzia que não correram bem, mas há sempre obras que não correm bem, ou por causa do empreiteiro, ou por nossa causa num ou noutro aspeto. Há sempre obras que não correm bem, mas no geral estão a correr bem, estão a correr mesmo muito bem. Estamos a concluir obras, o Moinho do Frade está concluída, está resolvida e tem uma solução excelente, a Praceta dos Arcos está concluída, resolvida e tem uma solução excelente, e por aí fora, portanto podia continuar aqui no elenco, mas não vou se não o Sr. Presidente vai-me cortar seguramente a palavra.

Quero dizer que neste elenco de obras de grande importância, há uma que não é particularmente cara, e nós executivo decidimos desenvolver a reabilitação de todos os bairros sociais sem exceção. Os bairros de habitação pública municipal, para facilidade de linguagem sociais, mas para mim habitação pública municipal.

Iniciámos com o Bairro da Alameda das Palmeiras que está quase concluído, vamos evoluir com uma candidatura para o Bairro da Manteigada, a seguir o Bairro do Forte da Bela Vista e a seguir a Quinta dos Vidais, mais o Bairro da Bela Vista, o grande bairro amarelo, e ainda o Bairro Afonso Costa. Vamos fazer um trabalho, que a Sra. Presidente Celestina falou, na Brejeira, que é um trabalho muito importante o projeto “Setúbal Mais Bonita”. Isto é, em cooperação com a junta que vai pagar todas as janelas daquelas casas que são da câmara, creio que 27 é que são da câmara, ela vai repor todas as janelas e nós vamos intervir com os moradores na pintura dos pátios, dos muros, das paredes, etc., e vamos intervir também nos telhados e resolver grande parte dos problemas desse bairro. É um processo que foi decidido em reunião com os moradores, está a ser acompanhado pelos moradores e que está a ser feito pelos moradores, vai ter operários moradores a fazer o trabalho com a câmara. É um trabalho dessa dimensão.

Um dia qualquer, numa próxima Assembleia Municipal, gostaria muito de falar sobre a questão da habitação pública municipal, que foi aqui uma vez invetivado com uma conversa um bocado azeda e gostava muito de falar sobre isso. Apenas para dizer aqui na cara de quem disse e escreveu coisas que são disparates totais, exatamente o que se está a passar e esclarecer tudo de uma vez por todas. Hoje não tenho tempo, não faz parte, ninguém pediu esclarecimentos.

Em relação aos incêndios da SAPEC Química e SAPEC Agro, a SAPEC Agro já não é SAPEC, só tem o nome, já não pertence ao grupo SAPEC.

Estão neste momento a serem elaborados com as várias entidades envolvidas, incluindo a Polícia Judiciária, para avaliação das causas dos acidentes. Quando há um acidente, é porque



algo não correu bem e tem que se saber quais foram as causas, para impedir que voltem a acontecer e tomar medidas complementares.

Já tive acesso a um relatório preliminar que está ainda em conclusão sobre o primeiro incêndio, é um relatório bem interessante do ponto de vista da avaliação do que aconteceu e do que se tem que fazer para que não volte a acontecer. Do segundo nem sequer há relatório, portanto o compromisso que nós temos é que, quando houver relatório virá à reunião de câmara para se informar e se debater. Será distribuído, sem nenhum problema, aos membros da Assembleia Municipal, visto que são relatórios que não têm nenhum segredo particular. São relatórios públicos, são relatórios municipais e que têm que ser devidamente percebidos por quem detém a responsabilidade de gerir este concelho.

Só uma última nota que ainda tem a ver com o Monte dos Patos, a Rua da Estação. A TECNOTURI, a empresa que faliu aqui na Olga Morais Sarmiento, também estava a fazer o abastecimento de água naquela zona, também estamos a fazer a passagem contratual para outra empresa para se poder prosseguir com o processo.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – O Sr. Vereador não respondeu à questão que eu coloquei sobre qual foi o custo do folheto publicitário que a câmara andou a distribuir.

Só fazer um reparo, o Sr. Vereador disse que “*quando ganharem a maioria democraticamente*”, nós não sabemos ganhar de outra forma Sr. Vereador, tudo o que ganhamos é democraticamente.

Vereador Manuel Pisco Lopes – O custo do folheto publicitário foi zero, porque não existe folheto publicitário.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Gostava, face à resposta do Sr. Vereador, elucidá-lo que o folheto a que me estou a referir existe e não é só um, são dois, é este que foi o primeiro e já há um segundo, como sabe.

Estou-me a referir a estes dois folhetos e agradecia que me desse uma resposta com o respeito que eu lhe mereço como Deputado Municipal e não como uma brincadeira.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – É um tique da Assembleia da República, peço desculpa, não leve a mal.

Senhor Presidente acho que em democracia é admissível alguém não responder, mas tem que ficar em ata que perante a segunda insistência do Sr. Deputado Fernando Monteiro que foi agora feita, o Sr. Vereador não quis responder e por isso o Sr. Presidente tem que lhe dar a palavra para ficar em ata claramente que dando a palavra o Sr. Vereador não quis responder. De resto politicamente faremos com certeza a leitura que cada um de nós quiser fazer, tem é que ficar em ata que instado pelo Sr. Presidente, o Sr. Vereador não quis responder.

Presidente da Mesa – Só queria então perguntar ao Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes se tem condições concretas, neste momento, de responder à questão posta.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Tenho sim Sr. Presidente. O custo do folheto publicitário foi zero, porque não existe folheto publicitário. Não existe folheto publicitário.

Expliquei na minha intervenção que o município fez uma informação à população, os senhores rebentaram aqui durante horas que havia uma distribuição publicitária político-partidária, mas não é um folheto publicitário, logo não há custos.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – O Sr. Vereador é que não pode ter uma posição nesta assembleia antidemocrática, brincando....

Gerou-se alguma confusão.

Presidente da Mesa – Senhores Deputados peço-vos para manterem a calma para ver se chegamos a bom termo no prosseguimento dos trabalhos.

Foi feita uma pergunta, foi dada uma resposta nos termos que foram considerados pelo próprio como os adequados, se a resposta não serve ao Sr. Deputado que a fez, teremos que procurar outro modo de averiguar qual é o custo a que se refere.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Vamos entrar na apresentação das moções, que são três, sendo a primeira moção da bancada da CDU intitulada “25 de Abril e 1.º de Maio”, a segunda moção é da autoria do Partido Socialista e intitulada “1.º de Maio - Dia Mundial do Trabalhador” e a terceira moção é da autoria do Bloco de Esquerda intitulada “Moção em defesa dos utentes da Caixa Geral de Depósitos no balcão do Faralhão”.

Vamos a analisar moção a moção e passar à apresentação e discussão da moção da CDU, cujo documento se anexa em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14:

“25 de Abril e 1.º de Maio

Comemoramos mais um aniversário do 25 de Abril, 43 anos depois do dia que libertou o Povo e o País e lhes devolveu a liberdade e a democracia.

Comemorar o 25 de Abril é comemorar as profundas transformações operadas no país, com a democratização da sociedade e a destruição das estruturas fascistas, com a consagração na Constituição da República Portuguesa de um núcleo central de Direitos, Liberdades e Garantias.

Comemorar o 25 de Abril é também assumir o valor da luta pela reposição, defesa e conquista de direitos e de condições de vida digna para os trabalhadores, para as mulheres, para os jovens e para os idosos que interiorizaram os valores de Abril defendendo-os diariamente nas suas lutas e nos seus anseios mais profundos.

Comemoramos esta data num tempo marcado por uma situação internacional instável e perigosa e, por isso, a luta pela Paz é cada vez mais importante e decisiva para todos os povos do Mundo. A sua defesa deverá estar presente nas grandes manifestações que terão lugar no 1º de Maio, dia em que os trabalhadores uma vez mais demonstrarão a sua determinação na defesa de trabalho com direitos, das funções sociais do Estado e de um desenvolvimento económico ao serviço de quem trabalha e do País.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 28 de Abril de 2017, delibera:

1 - Saudar as comemorações do 25 de Abril, saudar todos os autarcas, trabalhadores, movimento associativo e toda a população, que se associaram às comemorações de Abril no nosso concelho;

2 - Apelar à participação nas comemorações do 1º de Maio, em particular, naquelas que se realizam em Setúbal – Manifestação promovida pela União de Sindicatos de Setúbal da CGTP-IN;

3 - Continuar, enquanto órgão do Poder Local Democrático, nascido com a Revolução de Abril, a defender a Democracia, a Liberdade, a Paz, fazendo da Constituição da República



Portuguesa um guia de ação para o aprofundamento da democracia nas suas vertentes política, económica, social e cultural.”

Anita Vilar (CDU) - Não irei ler a moção, porque aqui já foi combinado que não se liam as moções, poder-se-ia fazer uma pequena síntese ou apresentar as deliberações. Creio que todos os senhores deputados já a têm na sua posse.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Naturalmente que a bancada do PSD e do CDS associa-se às comemorações do 25 de Abril, assim como todos os autarcas, trabalhadores, movimentos associativos e toda a população que se associaram a essas comemorações. Não deixo de notar que ainda assim falta neste voto uma referência ao 25 de Novembro, que veio consolidar aquilo que eram os objetivos e a luta do 25 de Abril, mas não é essa ou não será essa a razão nem o motivo de não deixarmos continuar a saudar também o poder local democrático e o caminho que defende a democracia, a liberdade, a paz e a Constituição da República Portuguesa, seja ela qual for, gostemos mais ou gostemos menos.

Parece-nos que apelar numa moção que pretende a saudação do 25 de Abril e do 1.º de Maio, apelar em particular à participação de uma manifestação promovida por uma central sindical, seja ela qual for, associação socioprofissional, associação patronal, partido político, clube desportivo, associação recreativa, em particular, seja o que for, parece-nos no mínimo fazer pouco jus aos valores de Abril.

Por isso queria sugerir à CDU que apresenta esta moção, se poderia ficar pelo ponto um e pelo ponto três, com os quais estamos naturalmente e obviamente de acordo, retirando o segundo ponto. Não está em causa a CGTP, está em causa estar a Assembleia Municipal de Setúbal, se for aprovado, a tomar parte de uma central sindical em detrimento de outras centrais sindicais, como a UGT, e de outros movimentos socioprofissionais, de outras associações patronais, de outros clubes, de todos os outros movimentos da sociedade civil e isso é inaceitável, repito, é contra os valores de Abril.

Seguramente aí nós não podemos necessariamente de acompanhar.

Manuel Fernandes (PS) – Não queria parafrasear a intervenção anterior, mas evidentemente que de todas as alíneas, quer seja da matéria deliberativa, quer seja da matéria não deliberativa, obviamente que a bancada do Partido Socialista se revê de forma empírica sobre o que é dito, sobre o que é pronunciado e nos termos em que é feito. Só que, tal como na intervenção anterior, nós entendemos que no ponto 2., e era uma sugestão que faríamos, não que isso implique a alteração do nosso sentido de voto, mas uma vez que está a condicionar a participação nas comemorações de duas datas, uma já se comemorou, mas a outra ainda há de vir. Está a condicionar a participação em atos que são perpetrados, quer por associações, quer por coletividades, quer por clubes desportivos, quer por associações até da nossa cidade que vão ter também iniciativas. Se aprovarmos por unanimidade toda esta moção da forma como ela está escrita, condicionaríamos completamente a exortação da população a participar unicamente numa única perspetiva e numa única doutrina, sendo que os valores de Abril não são isto e o 1.º de Maio, obviamente, será celebrado em função dos direitos e dos interesses de cada um.

Perguntava aos promotores desta moção se estariam disponíveis para alterar o ponto 2, sendo que, obviamente, isso não alterará o sentido de voto da nossa bancada.

Anita Vilar (CDU) – Em relação à bancada do PSD/CDS, não houve essa questão quanto aos trabalhadores, mas a uma das centrais, que é a única aqui que promove essa manifestação,

mais nenhuma que eu conheça promoveu cá em Setúbal. Era fazer eu um milagre. De facto, eu não sou milagreira, nem quero ser canonizada daqui a 100 anos. Sinceramente não quero. Agora o PS que até toda a sua moção é referente aos trabalhadores, à luta dos trabalhadores, etc., etc., esperaria outra posição.
Não iremos retirar este ponto. Para já é a minha opinião.

Manuel Fernandes (PS) – A proposta do Partido Socialista não era retirar, mas sim acrescentar outras associações onde os trabalhadores se sentissem que podiam gozar ou usufruir da organização de outras entidades, não só da CGTP.

Anita Vilar (CDU) – Então peço-lhe imensa desculpa.

Manuel Fernandes (PS) – Não disse que para retirar, o que eu frisei foi que não se cingisse apenas às celebrações realizadas pela CGTP, foi só isto.

Anita Vilar (CDU) – Apesar de tudo, julgo que aí diz para apelar à participação nas comemorações do 1.º de Maio de todos, das autarquias, das coletividades, das associações, em particular, porque é a grande manifestação que normalmente existe como cortejo em Setúbal, mas não estamos agora a querer condicionar que as pessoas deixem as outras manifestações. Peço desculpa porque tinha percebido que era para retirar.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Julgo que se resolve esta questão, e a proposta que fazemos é votar-se os três pontos separadamente, ficando a deliberação resolvida por si. Julgo que é justo fazermos isso.

Anita Vilar (CDU) - Não sei o que é que a bancada decide, mas por mim vamos a isso. Então vamos votar ponto por ponto.

Carlos Batista (PS) – Perguntar à Dra. Anita Vilar se está disponível para acrescentar no ponto dois, “*todas as outras manifestações promovidas por outras organizações ou população de Setúbal*” e assim resolvíamos o problema. O 1.º de Maio ainda não aconteceu. Poderão haver grupos, poderão haver clubes, poderão haver freguesias que façam atividades no 1.º de Maio. Não sei, se isso irá acontecer. Não vejo qual é o problema em acrescentar essa situação, como também não vejo problema de lá estar a CGTP. O que pretendemos saber é se alteram ou não alteram.

Primeiro Secretário da Mesa – A minha intervenção é sobre o 25 de Abril, mas sobre um assunto completamente diferente que temos falado até aqui. Pretendo falar sobre uma curiosidade histórica relacionada com o próprio dia 25 de Abril, que talvez seja pouco do conhecimento da maior parte das pessoas.

Quando o Movimento das Forças Armadas estava a preparar o dia 25 de Abril e o major Otelo Saraiva de Carvalho estava a organizar o plano de operações, chegou à conclusão que havia necessidade de fazer mensagens pela rádio, para alertar as diversas forças, que já havia condições para começar a ação militar. Quando o Otelo foi capitão na Guiné, tinha consigo um alferes chamado João Paulo Diniz que era locutor de rádio, por isso lembrou-se de contactar o João Paulo Diniz, que na altura trabalhava nos Emissores Associados de Lisboa. A primeira ligação que faz com o João Paulo Diniz foi através de um oficial do MFA (Movimento das Forças Armadas), mas o João Paulo Diniz julgou que era um agente da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e deu-lhe umas respostas que não adiantaram

muito, por isso o Otelo teve que encontrar-se pessoalmente com ele, no célebre Centro Comercial “Apolo 70”. O Otelo coloca-lhe o problema e informa-o que vão fazer um movimento para derrubar o Governo e diz-lhe: *“temos necessidade que o teu emissor, que é ouvido em Lisboa, comece com uma canção típica para alertar as forças, que o movimento começa a ser preparado, com um disco do José Afonso”*. O João Paulo Diniz responde-lhe que isso não poderia ser, porque os Emissores Associados de Lisboa são vários e são muito conservadores, o José Afonso estava mal visto e várias das suas canções tinham sido censuradas, teria que ser escolhida uma canção em que houvesse muito consenso. O Otelo ficou atrapalhado, pede-lhe uma sugestão e João Paulo Dinis sugere-lhe a canção que venceu o festival da canção desse ano, do Paulo de Carvalho “Depois do Adeus”, porque era consensual, tocava na rádio e era aceite. O Otelo concordou e informou-o da importância que aos cinco minutos para as onze ele teria que dizer claramente *“faltam cinco minutos para as onze”*, porque esta é que era a chave e de imediato colocaria o disco do Paulo de Carvalho. O João Paulo Dinis cumpriu a sua parte.

Havia necessidade de um segundo lançamento musical, um pouco depois da meia-noite, que era a chave decisiva para a ação do Movimento, que a partir dessa altura seria irreversível.

É nomeado o comandante Almada Contreiras para tratar deste assunto, que tinha alguns conhecimentos na Rádio Renascença, em especial no programa “Limite”, que na altura era dirigido por um locutor de grande qualidade, o Luís de Vasconcelos. Ele contacta o Luís Vasconcelos, põe-lhe o problema e diz-lhe que o João Paulo Dinis, dos Emissores Associados, arranca com a canção do Paulo de Carvalho, e ele teria que meter o José Afonso e foi sugerido a canção “Venham Mais Cinco”. O Luís Vasconcelos diz que se trata de um grande azar, uma vez que esta canção é uma das censuradas daquele álbum e não a poderia passar e sugeriu-lhe um disco dos anos 60, que tinha uma canção que se poderia tocar e que ninguém desconfiaria “Grândola Vila Morena”. O Almada Contreiras concordou e foi lançada na ordem das operações.

Quando chega à meia-noite passa a parte publicitária e por volta da meia-noite e dez seria lançado a canção, no entanto, há um apagão naquela zona de Lisboa, por mero acaso, e durante quase cinco minutos não há luz no emissor.

Imagine-se o ambiente que se criou no Movimento, porque a Rádio Renascença não transmitia nada.

À meia-noite e vinte, o Luís Vasconcelos lança a “Grândola Vila Morena”.

No meio disto tudo vejam a ironia da história, “graças” à censura existente na ditadura, a “Grândola Vila Morena” ficou na história e o “Venham Mais Cinco” não ficou na história.

Presidente da Mesa – Subsiste a proposta apresentada pelo senhor deputado Paulo Calado, sobre a possibilidade de a votação ser ponto a ponto. Coloco à votação da assembleia esta sugestão.

Colocada a proposta do senhor deputado Paulo Calado a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, pelo que se passou à votação da Moção ponto a ponto.

O primeiro ponto foi aprovado por unanimidade.

O segundo ponto foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 19 da CDU, 3 do BE e 1 de AC, 10 abstenções do PS e 5 votos contra da coligação PSD/CDS.

O terceiro ponto foi aprovado por unanimidade.

Na votação global da moção foi a mesma aprovada por maioria, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 de AC, e 5 abstenções da coligação PSD/CDS.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A Coligação PSD/CDS absteve-se por força da irredutibilidade ou da indisponibilidade dos proponentes de retirarem o ponto dois. Remetemos para a intervenção que fiz anteriormente, para fundamentar a nossa abstenção, que nada tem a ver com a óbvia saudação que fazemos ao 25 de Abril*”.

Presidente da Mesa – Passamos ao segundo documento, uma moção intitulada “1.º de Maio – Dia Mundial do Trabalhador”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15:

“1.º de Maio – Dia Mundial do trabalhador

O Dia do Trabalhador, celebrado a 1 de Maio, tem na sua origem a data da primeira grande manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago e na greve geral em todos os Estados Unidos, decorria o ano de 1886. Em Portugal, os trabalhadores Portugueses assinalaram o 1.º de Maio no primeiro ano da sua celebração internacional, em 1890.

Mas o 1.º de Maio assume-se como mais do que uma celebração internacional da união dos trabalhadores, como mais do que o reconhecimento dos primórdios das organizações de defesa dos trabalhadores e ainda como mais do que o assinalar das primeiras reivindicações de direitos laborais. O 1.º de Maio é celebração de um progresso e uma conquista civilizacional inalienável, o reconhecimento de que as mulheres e homens que trabalham não são meros instrumentos descartáveis e substituíveis nas várias formas de indústria humana, pelo contrário, são, acima de tudo, seres humanos, dotados de dignidade, humanidade e detentores de direitos e deveres inalienáveis.

Esta consciência coletiva da nossa humanidade enquanto trabalhadores, contrasta com as precárias e desumanas condições de trabalho a que os trabalhadores foram sujeitos na era da revolução industrial. Até aquele momento e até este dia que hoje celebramos, os trabalhadores apenas trabalhavam, depois desse dia tornou se inegável e visível a luta que travam pelo direito a trabalhar com dignidade e de serem mais do que uma mera máquina no seu trabalho.

A titularidade de direitos laborais é uma conquista civilizacional inalienável realizada por todos aqueles que trabalham, uma conquista que ainda hoje tal como no passado se realiza, uma luta que persiste e existirá, enquanto o exigir o desejo de progresso da humanidade. Neste dia, onde se assinalam tantas lutas travadas e tantas outras ainda por travar, antes da defesa dos direitos e das obrigações laborais ou legais deverão prevalecer os valores e os direitos humanos.

Celebrar o 1º de Maio é prestar tributo a todos os trabalhadores, mulheres e homens que diariamente constroem, com as suas mãos e com o seu esforço, a nossa sociedade e o nosso futuro em todas as áreas do trabalho. É homenagear aqueles que lutam por dignidade e justiça laboral. É Saudar, de forma particular as mulheres que lutam por igualdade no seu trabalho. É saudar e louvar todas as jovens gerações que procuram agora o seu lugar no mercado de trabalho, e que lutam diariamente para permanecer no nosso país e aqui construírem dignamente o seu futuro.”

Manuel Fernandes (PS) – Frisar que deverá sempre ser reiterado os votos e o esforço daquilo que foram as batalhas e as vitórias dos trabalhadores ao longo da história. Estamos a celebrar esses tempos com novos tempos, que também merecem lutas, também merecem diálogo, também merecem bom senso na sua resolução. Estamos a viver tempos conturbados, que não se limitam à área geográfica onde nós pertencemos, mas sim, uma área geográfica muito maior, que é uma coisa chamada globalização, onde ainda muita gente não consegue pensar global e, infelizmente, depois não conseguem tratar assuntos de dimensão local, porque não

têm esse contexto da globalização. Obviamente centramos a nossa moção com a preocupação dos jovens que entram no mercado de trabalho, com a precariedade como pano de fundo e as lutas que travaremos no futuro no mundo do trabalho, nomeadamente das novas gerações, que são aquelas que nos preocupam mais. Basicamente a moção fala deste tipo de problemas. Regozijamo-nos por mais um 1.º de Maio e celebraremos todos em conjunto com todas as associações, com todas as entidades, com todos os sindicatos que o queiram fazer, da forma que o queiram fazer, porque isso sim, é que se chama liberdade, porque isso sim, é que se chama dar valor ao valor do trabalho.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Foi distribuída mais uma moção “Em defesa dos utentes da Caixa Geral de Depósitos no balcão do Faralhão”, apresentada pela BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16:

“Em defesa dos utentes da Caixa Geral de Depósitos no balcão do Faralhão

A Administração da Caixa Geral de Depósitos pondera encerrar o balcão do Faralhão, na freguesia do Sado, concelho de Setúbal. Não obstante a informação prestada no dia 23 de março pelo delegado comercial da CGD no Sul e Ilhas sobre o não encerramento da agência da CGD do Faralhão durante o ano de 2017, esta continua a constar como uma das agências a encerrar no âmbito do plano de reestruturação da CGD.

O encerramento de balcões do banco público reduz a sua presença no território e o acesso, por parte da população, aos serviços públicos bancários. Lembramos que foram já encerrados mais de 100 balcões da Caixa e que um banco público não pode atuar da mesma forma que um banco privado nem se pautar pela mesma lógica. Um banco público tem obrigações acrescidas, em primeiro lugar para com a população.

A Caixa tem que estar presente em todo o território e tem de garantir o acesso a serviços bancários básicos e essenciais para a população, principalmente aquela que de outra forma não pode aceder a esses serviços, seja porque é infoexcluída, seja porque tem dificuldades para se deslocar até outra freguesia ou outro concelho.

A freguesia do Sado tem, segundo os censos de 2011, quase 6.000 habitantes tendo cerca de 18% mais de 65 anos. O balcão do Faralhão serve os habitantes da freguesia do Sado e da freguesia da Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, num total de cerca de 12.000 habitantes. Se se concretizar o encerramento do balcão da CGD, todos eles terão que se deslocar mais de 8 quilómetros, ao centro da cidade de Setúbal, para poder tratar de vários assuntos no seu banco.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera:

Saudar a luta dos utentes do balcão da CGD no Faralhão.

Exercer a competência das autarquias locais na defesa dos interesses dos munícipes e fregueses, salvaguardando assim um verdadeiro serviço público a ser prestado.

Exigir a reversão da decisão da Administração da Caixa Geral de Depósitos em nome da defesa da população das freguesias do Sado e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.”

Maria do Rosário Amaral (BE) – Esta moção surge em defesa dos utentes da Caixa Geral de Depósitos no balcão do Faralhão. Foi dito pela administração, que como sabem, a Caixa Geral de Depósitos está em reestruturação e vai fechar vários balcões. De acordo com a informação que saiu no dia 23 de Março, já não iriam fechar o balcão do Faralhão, no entanto, esta indicação ainda consta do plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos. Este balcão serve duas freguesias, principalmente a Freguesia do Sado e a Freguesia de Gâmbia, Pontes e

Alto da Guerra. A Freguesia do Sado tem cerca de seis mil habitantes, com cerca de 18% de pessoas com mais de 65 anos, são pessoas que precisam de ter um balcão da Caixa Geral de Depósitos, e se aquele fechar só têm um a cerca de oito quilómetros. A moção diz: *“Saudar a luta dos utentes do balcão da Caixa Geral de Depósitos no Faralhão. Exercer a competência das autarquias locais na defesa dos interesses dos munícipes e fregueses, salvaguardando assim o verdadeiro serviço público, a ser prestado. Exigir a reversão da decisão da Administração da Caixa Geral de Depósitos, em nome da defesa das populações das freguesias do Sado e Gâmbia pontes e Alto da guerra.”*

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Esta moção peca pelo seu conteúdo, uma vez que (hã de dizer porque é que a CDU não apresenta uma moção) há algumas questões que é preciso clarificar. No primeiro parágrafo onde refere: *“Administração da Caixa Geral de Depósitos pondera...”* ela não pondera, ela preparava-se para...

É a intervenção da luta das populações que faz reverter essa mesma decisão. Quando no dia 23 foi anunciado à Junta de Freguesia do Sado, pelo Administrador de Sul e Ilhas, que a Caixa não ia encerrar em 2017, foi resultante de duas mil trezentas e dezanove assinaturas e essa é que é a grande questão. Foi a luta das populações que fez alterar esta posição.

Os partidos políticos com assento na Assembleia da República foram oficializados pela Junta de Freguesia do Sado, no sentido de haver uma intervenção na Assembleia para que o Governo respondesse a esta matéria. É verdade que nenhum partido político respondeu exceto o CDS, que nos remetia para o deputado do círculo eleitoral de Setúbal e o PCP e Os Verdes que também nos responderam e estiveram presentes nas iniciativas, enquanto os outros partidos políticos não responderam a esta nossa solicitação.

Colocámos a questão à Administração da Caixa Geral de Depósitos e ao Governo, nomeadamente ao Ministro das Finanças e ao Secretário Adjunto, mas a resposta foi zero.

Deslocámo-nos ao Ministério das Finanças para entregar em mão as assinaturas. Até ao momento não houve resposta por parte do Governo sobre esta matéria e a resposta da Caixa Geral de Depósitos chegou esta semana, numa única frase dizendo que a Caixa Geral de Depósitos no Faralhão, de momento não ia encerrar. Esta questão da Caixa é de âmbito nacional e nós fomos surpreendidos com a “vergonha” de encerrar agências e com a colocação de cartazes que diziam: *“Por motivos técnicos a agência está encerrada, pedimos desculpas”*.

Na moção, onde diz: *“... esta continua a constar como uma das agências a encerrar no âmbito plano de reestruturação da CGD”*. Nós dizemos que não, porque foi-nos assumido que não. Nós temos de dizer, que se tem que honrar os compromissos. Ainda ontem, na reunião que tivemos com a secretária-geral da Caixa Geral Depósitos, isso foi-lhes adiantado.

No terceiro parágrafo refere *“A Caixa tem que estar presente...”*, ela tem que disponibilizar o serviço aos cidadãos portugueses, porque é uma instituição pública.

Na parte da deliberação onde refere: *“Saudar a luta dos utentes do balcão...”*, na realidade temos que: *“Saudar a luta dos utentes da agência da Caixa Geral de Depósitos do Faralhão”*

No segundo parágrafo *“Exercer a competência das autarquias locais...”* não conseguimos compreender qual é a intenção, porque a competência das autarquias já estão, não é a assembleia que determina a competência para as autarquias. Não consigo acompanhar o sentido deste parágrafo para deliberação.

Em relação ao terceiro ponto *“Exigir reversão da decisão...”*, não queremos que a decisão seja revertida, porque a decisão que está tomada é que agência não feche e ao exigirmos isto estamos a dizer que volta à primeira forma, por isso sugeria: *“Exigir da administração da Caixa Geral Depósitos a continuação da agência da Caixa Geral de Depósitos no Faralhão, como banco público e exortar as populações da freguesia do Sado e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra a continuar a luta em defesa do da agência”*.



Carlos Batista (PS) – (O início de intervenção está inaudível – microfone desligado)

Não sei se o proponente vai alterar. Já na última assembleia tive uma intervenção no sentido de solidarizar-me com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado e propus a apresentação de uma moção de repúdio, pelo encerramento das instalações da Caixa Geral de Depósitos. Estranhei ter sido o Bloco de Esquerda a fazer moção. Se calhar faria mais sentido ser o Senhor Presidente da Junta, que está mais dentro do assunto. O Bloco de Esquerda tem intenção de aqui, darmos força contra o encerramento da Caixa Geral de Depósitos, para manter a Caixa Geral de Depósitos aberta e dar força às populações, para continuar a lutar por essa situação. Foi essa a intenção do Bloco de Esquerda e era nossa intenção também. Se a moção viesse desse lado, viria tecnicamente mais correta e vinha mais atualizada. Nós iremos votar a favor da moção.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – O grupo municipal do PSD/CDS votará favoravelmente esta moção, ainda que na consciência de, felizmente, pelo menos para já, não irá confirmar-se este encerramento.

Aproveito para esclarecer o Senhor Presidente da Junta de Freguesia Manuel Véstias, que o deputado do CDS fez a pergunta não só em relação a este, mas em relação a todo o distrito de Setúbal, como é da sua obrigação, através de uma nota informativa. Chegou a bom porto aquilo que foi o apelo feito pela Junta de Freguesia.

Nós não só fizemos a pergunta, como não obtivemos resposta da parte do Governo, mas já sabemos, por força da leitura dos jornais que infelizmente, não é caso do Faralhão, mas no distrito irão fechar três agências em Almada, uma em Canha no concelho do Montijo e pelo menos mais uma em Sines.

Isto é só para a ata, em nome do grupo municipal PSD/CDS. Por mão do Governo do Partido Socialista que é apoiado pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP e pelo Partido Ecologista Os Verdes, só com o voto destes partidos e repito, Partido Socialista, PCP e Partido Ecologista, Os Verdes e Bloco de Esquerda é que poderá haver qualquer tipo de encerramento.

Permitam-me usar um pouco de latim “*venire contra factum proprium*” ou seja, ir contra um facto que os próprios praticam. Quem encerra balcões do nosso distrito é o PCP, o PEV, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, que fazem moção contra si próprios.

Nós estamos onde sempre estivemos e votaremos favoravelmente a moção.

João Luz (CDU) – Começava já por aqui, porque sabemos quem é que deixou chegar a coisa onde chegou, relativamente à Caixa Geral de Depósitos e ao resto do setor financeiro e bancário. Sobre responsabilidades dessa matéria é extremamente interessante ver algumas intervenções nesta assembleia. De facto, existem partidos aqui e outros noutros sítios. O PCP em relação a esta matéria tem uma posição clara e relativamente àquilo que é o plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos deixou bem claro, qual é a sua posição e penso que o deputado Nuno Magalhães conhecerá bem qual é o posicionamento, nem sequer vou entrar por essa questão.

Relativamente à moção do Bloco de Esquerda, com o conjunto de questões que foram colocadas, a bancada da CDU não deixará de acompanhar o sentido geral da moção e votá-la favoravelmente.

Aquilo que colocamos como questões é a incompreensão relativamente ao segundo ponto, “*exercer a competência*”, que é uma coisa que fazem. Não percebemos em relação à Assembleia Municipal “*exercer a competência da autarquia*”. Não conseguimos compreender o sentido.

Relativamente ao terceiro ponto do conteúdo deliberativo desta moção, aquilo que nós propúnhamos, se os proponentes estivessem de acordo, era uma ligeira alteração que clarificasse o texto e que fosse no sentido de “*exigir que a decisão da administração da Caixa Geral de Depósitos de não encerrar a agência do Faralhão, se torne definitiva*” e depois seguir o texto normal. Tentar clarificar um pouco esta questão, na sequência daquilo que foi a intervenção do meu camarada Manuel Véstias.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Em relação às propostas que aqui foram apresentadas, agradeço ao Senhor Presidente da Junta o esclarecimento que fez, vêm enriquecer e dar mais consistência à proposta, com todo o historial da luta das populações e da Junta de Freguesia junto das populações.

Claro que foi o Bloco, mas com certeza que não deixamos de agradecer essa luta feita com a Junta de Freguesia e com as populações. Não temos problema nenhum em alterar aquilo que nos foi proposto. “*Exercer a competência das autarquias locais...*” foi um bocadinho no âmbito de estar a escrever a proposta e ficou assim. Seria mais no sentido do trabalho que a Junta fez, enaltecendo esse trabalho. Nesse sentido podemos retirar e ficar com a última frase, tal como foi proposto, porque não temos problemas nenhuns em alterar.

Carlos Batista (PS) – O Partido Socialista também é contra o encerramento das instalações da Caixa Geral de Depósitos. Os deputados eleitos pelo Partido Socialista do círculo de Setúbal questionaram o Governo sobre esta matéria, naturalmente tal como o CDS, não obteve resposta.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Pretendo fazer uma pergunta e talvez o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado me possa esclarecer. Sabe mais ou menos, quantos clientes têm a agência da Caixa Geral de Depósitos no Faralhão?

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Em relação à Caixa Geral de Depósitos do Faralhão, muito há a dizer, por isso aproveito o uso da palavra para esclarecer. Aquela agência está naquela localidade, por ter sido negociado e preparado todo o seu percurso com a Junta de Freguesia do Sado, durante ano de 1999, bem como com a Cooperativa de Habitação Bem-Vinda a Liberdade. O edifício foi construído para o fim a que se destina. Tratando-se de um banco público, a autarquia e toda a comunidade estava inclinada como sendo o banco prioritária a funcionar naquela freguesia.

Respondendo ao número de clientes, a agência da CGD tem quatro mil clientes.

Sabemos de fonte segura que a agência da CGD nunca teve prejuízo. Inicialmente tinha cinco funcionários e passou a ter quatro, sendo que o subgerente foi eliminado na estrutura da Caixa Geral de Depósitos. A agência passou a encerrar no período da refeição por uma questão de redução de custos, uma vez que é menos agressivo não estar a funcionar no período da refeição, do que encerrar por completo. A presença da CGD não pode ser só pela presença física e não ter as caixas Multibanco, só isso não chega. Parece que somos todos tolos, quando alguém aponta como alternativa uma carrinha ambulante com uma bandeira “*cá vai a Caixa*”. Faz-nos lembrar a carrinha dos CTT, que o PSD privatizou e parece que é o caminho que fazemos para acabar com a Caixa.

Enquanto autarquia e enquanto população não acompanhamos o raciocínio destas entidades e destas cabeças pensantes. Aquilo que queremos é que a agência esteja a funcionar em pleno, com todas as suas funções.

Presidente da Mesa – Fico na dúvida sobre as concretas alterações ao texto que foram propostas, para podermos fazer a votação de uma moção alterada.

João Luz (CDU) – Para esclarecer as propostas de alteração, que na sequência da intervenção do Bloco de Esquerda teriam sido aceites.

Relativamente ao segundo ponto deliberativo sugerimos que fosse retirado.

No terceiro ponto ficaria a seguinte redação: “*Exigir que a decisão da administração da Caixa Geral de Depósitos, que o não encerramento da agência do Faralhão se torne definitiva, em nome da Defesa da população...*”, depois segue o texto normal como está.

Presidente da Mesa – Temos concretamente proposta de alteração ao texto da moção. Assim sendo vamos passar à sua votação.

Vitor Ferreira (PS) – A bancada do Partido Socialista está neste momento só com nove elementos.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Terminamos este terceiro período, do período de antes da ordem do dia e caminhamos rapidamente para as duas da madrugada. Ponho à consideração da assembleia duas hipóteses, continuarmos entrando na ordem de trabalhos ou como já tem acontecido por adiantado da hora, suspendermos os trabalhos e reiniciá-los na próxima, quinta-feira, dia 4, às 21 horas.

Haverá um acordo unânime, quinta-feira às 21 horas, retomaremos os trabalhos exatamente com a discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão quando era uma hora e cinquenta e dois minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e dezassete.

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel de Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:



Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha e Alberto Manuel de Sousa Pereira.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva e Paulo Rui Santos Reisinho Valdez.

Bloco de Esquerda – Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral.

Presidentes de Junta – José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e os Srs. Vereadores: Manuel Joaquim Pisco Lopes, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira, em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 17 e 18.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Nuno Filipe Cação Marques, conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues e Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 20 e 21, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães e Fernando Manuel Monteiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 22 e 23, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentaram pedidos de substituição, Henrique João da Costa Guerreiro e Albérico Afonso Costa Alho, conforme documentos registados sob os n.ºs 24 e 25, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Manuel Rosário Canas, tendo sido substituído pelo vogal Joaquim Mário Augusto Guerreiro, conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Costa, tendo sido substituído pela secretária Mónica Maria Cabaço Leitão, conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Reis Paulino Lopes, não se verificou a sua presença, pelo que ficou prejudicada a substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que ficou prejudicada a substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, João Pedro Oliveira Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

IV – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades janeiro-fevereiro-março 2017

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Carminda Ferreira (PS) – Três breves notas sobre o relatório de atividades, concretamente na página 35, no que se refere à atividade do serviço de comunicação e imagem, no seu ponto três, damos conta da produção de várias publicações, entre elas o Anuário 2016, do qual nos foram distribuídas algumas cópias na última sessão da Assembleia Municipal, que na altura perguntámos os custos da produção e distribuição e não obtivemos resposta, pelo que gostaria de manter a questão: Quanto é que custou o anuário?

Nas páginas 36/37, relativamente ao Gabinete de Participação Cidadã, temos uma tabela denominado “participação por alvo” que não percebemos muito bem do que se trata, mas deduzimos que sejam reclamações. Desta tabela fazem parte assuntos diversos, que vão desde as Águas do Sado, contentores, canídeos, gatídeos, inclusão social, cemitérios IMI, hortas urbanas, etc. Relativamente às hortas urbanas, passei recentemente pela Av. Teixeira do Vale e pela Av. José Estrela Leão, na zona da Manteigada, a estrada que passa frente ao Arquivo Distrital e vem em direção a uma rotunda, que entronca com a estrada que vai ter ao Bairro Azul, para melhor identificar, verifiquei que há ali uma proliferação que parecem ser barracas, que supostamente serão de apoio às hortas urbanas, mas a verdade é que temos muito pouco semeado e algumas pessoas falam que se escondem ali com algum material ilícito, por essa razão era importante ver o que é que se passa. O mesmo acontece também na Avenida do D. Manuel I, por cima da Pedra Furada e também nas escarpas, por cima das instalações da antiga Mecânica Setubalense. Estas construções são exatamente de apoio às hortas urbanas, não há forma de controlar esta proliferação ou de regulamentar?

Na página 104, a Biblioteca Municipal assinala o nascimento de Luísa Todi, com uma exposição bibliográfica ocorrida no passado dia 9 de janeiro e a este propósito também queria recordar o estado de abandono em que se encontra a casa onde nasceu esta figura setubalense. Alguns vidros encontram-se partidos, o que permite a entrada de aves e a consequente acumulação de dejetos no interior. Esta degradação é, de certa forma, realçada com aquela pintura que foi feita, que não parece ter sido nunca consensual, e está um bocadinho descontextualizada. A recuperação do edifício permitiria certamente que a história pudesse ser testemunhada de outra forma, com um pouco mais de dignidade que a cantora e a cidade merecem.

Sra. Presidente – Entendi estas questões que a Sra. Deputada Carminda Ferreira fez como uma oportunidade para prolongar o período de antes da ordem do dia, foram observações não foram perguntas.

Em relação ao anuário que é feito todos os anos, só não sabe quem não vem cá, o seu custo orçou em cerca de oito mil euros. Se viu o anuário, há de reparar que houve três ou quatro empresas que fizeram anúncios, o que deixou uma margem para a Câmara Municipal pagar em cerca de dois mil e tal euro.

Carminda Ferreira (PS) - Senhora Presidente eu deixei mais duas questões, relativamente à proliferação de barracas nas hortas.

Sra. Presidente – Peço desculpa, mas não respondo a essas perguntas, porque estamos a falar do relatório de atividades.

Carminda Ferreira (PS) - A Senhora Presidente não quer responder à segunda e à terceira questão?

Sra. Presidente – Não, não tenho nada para responder!

Carminda Ferreira (PS) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

2. Deliberação n.º 143/17 – Proposta n.º 36/2017 – DAFRH/DIGEF – Retificação à 1.ª Revisão ao Orçamento de 2016

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor da CDU e 15 abstenções, sendo 8 do PS, 4 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

3. Deliberação n.º 145/17 – Proposta n.º 38/2017 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2016

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 1 voto contra do PSD/CDS e o PS remete o voto para o plenário, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor, 3 da CDU e 1 do PSD/CDS, o PS e o BE remetem para a discussão no plenário, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

Carlos Batista (PS) – Antes de dar o parecer da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, como coordenador da comissão, dizer ao senhor Presidente, mais uma vez o senhor Vice-Presidente André Martins faltou à Comissão. Será que a comissão não tem importância para o executivo da Câmara Municipal? Será que esta comissão nem sequer merece a presença não só do Diretor do Departamento Financeiro, mas também dos técnicos que representam esta área? É a segunda reunião que o senhor Vice-Presidente não está presente nem se faz representar. Apareceu o senhor Vereador Manuel Pisco, que eu próprio solicitei para estar presente na comissão, o que ele aceitou e nós agradecemos. Queria mais uma vez alertar o senhor Presidente para saber se o senhor Vice-Presidente está zangado com a comissão ou se esta comissão não merece a presença dos vereadores eleitos, porque infelizmente aconteceu mais uma vez.

A Comissão emitiu parecer desfavorável, com 3 votos a favor da CDU e 4 votos contra do PS, PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Antes de fazer a intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos, queria referir que a ata da Comissão de Economia Administração e Finanças, tal como comuniquei ao senhor coordenador, é de tal maneira sucinta que não transcreve as questões que coloquei ao senhor Vereador Manuel Pisco e ao senhor Diretor do Departamento Financeira sobre a prestação de contas de 2016. Estas questões deviam estar expressas em ata, porque elas não foram respondidas na altura. Houve algumas questões colocadas, que nos garantiram que a informação seria enviada até à data da sessão da Assembleia Municipal, coisa que não ocorreu. Estas questões, no futuro, relacionadas com as atas da comissão, não podem ser apenas com a transcrição dos votos. Sempre que alguns pontos da ordem de trabalho têm significado, devem de ficar em ata as questões que são colocadas e o



compromisso dos representantes do executivo de que a resposta será dada, que neste caso não ocorreu. Isto é um ponto prévio que gostaria que ficasse em ata.

Em relação à prestação de contas para 2016, vou fazer uma declaração formal desta bancada e que diz o seguinte:

“A Prestação de Contas de 2016 da Câmara Municipal de Setúbal é a imagem da gestão comunista, ou seja, a exploração do contribuinte, sem a melhoria correspondente da qualidade de vida dos Setubalenses”.

Vejamos porquê:

A receita total prevista para 2016 (previsão corrigida) era de 135 milhões de euros.

A receita total efetivamente cobrada foi de 83 milhões de euros, incluindo o recurso a 10 milhões de euros de empréstimos de curto prazo. A execução orçamental atingiu apenas 61,5%, inferior a 2015, cuja execução foi de 64,3%.

E o resultado obtido é ainda pior, quando analisamos na ótica da receita própria. Pois, a execução orçamental da receita própria cobrada em 2016 é de 54%. Em 2015, a execução foi de 60%.

No entanto, os contribuintes Setubalenses entregaram nos cofres do Município, em 2016: IMI - 25,5 milhões de euros; outros impostos e taxas - 17,5 milhões de euros; Rendas EDP + SMS - 5,8 milhões de euros; Taxa resíduos sólidos - 4,3 milhões de euros; IRS - 6,8 milhões de euros. No total, são 58 milhões de euros de impostos, taxas e rendas, pagos diretamente pelos Setubalenses, que representam 84% das receitas efetivas do Município, deduzido o empréstimo de curto prazo.

Analisemos como o Setubalense é espoliado no caso do IMI.

Em 2002, a receita do IMI/CA era de 6 milhões de euros, em 2016 foi superior a 25,5 milhões de euros. Mas a qualidade de vida em Setúbal não melhorou na mesma proporção, como todos sabemos. O executivo comunista manteve a opressão contributiva sobre os Setubalenses, contrariando a propaganda sobre a pretensa vontade de diminuir o IMI. O PCP poderia ter libertado os Setubalenses deste peso, no mínimo, em 2016. Mas não o quiseram fazer, mesmo não havendo qualquer impedimento legal.

No IRS, a mesma situação, os Setubalenses são dos Portugueses que pagam o valor mais elevado deste imposto sobre os rendimentos do trabalho e das pensões, porque a Câmara Municipal de Setúbal aplica a taxa máxima do valor correspondente ao Município.

Constatamos, também, um mistério que dura há vários anos, a dívida de 13 milhões de euros das Águas do Sado à Autarquia. Se a Câmara Municipal de Setúbal é credora deste valor tão significativo, quando é que vai ser ressarcida?

Que medidas têm tomado para a resolução desta dívida que prejudica a gestão pública?

No que se refere à Despesa Municipal, podemos constatar que a Câmara Municipal de Setúbal, em 2016, atingiu os seguintes graus de execução: Despesa total prevista (sem serviço da dívida) - 108 milhões de euros; Despesa total paga (sem serviço da dívida) - 65 milhões de euros; Execução orçamental (sem serviço da dívida) - 60%.

O Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I.) da Câmara Municipal de Setúbal para 2016 tinha uma previsão de 31,4 milhões de euros. Mas a execução real do Plano Plurianual de Investimentos foi de 8,3 milhões de euros, ou seja, 27% do previsto.

Nas principais rubricas do Plano Plurianual de Investimentos a execução foi a seguinte:

Funções Sociais - 24%; Educação - 21%; Habitação e serviços coletivos - 25%; Saneamento - 40%; Abastecimento de água - 19%; Cultura e Desporto - 19%; Rede Viária do Concelho - 23%.

Na avaliação financeira dos documentos em análise, constatamos o seguinte:

O passivo municipal atingiu, em 2016, o montante de 105 milhões de euros. As responsabilidades de curto prazo (dívidas a terceiros, incluindo as lançadas como acréscimos

de custos), em 2016, ultrapassam o montante de 35 milhões de euros. As receitas cobradas, apenas, deram cobertura a cerca de 68% das despesas pagas, acrescidas das responsabilidades de curto prazo.

Em 31/12/2016, o endividamento do Município era de 66 milhões de euros. E o total dos compromissos assumidos por pagar era de 28 milhões de euros.

O serviço da dívida municipal atingiu, em 2016, um valor superior a 23 milhões de euros.

Ao analisar os valores de 2016, verificamos que em relação a 2015:

1. Continuam a inflacionar as receitas previsionais, em particular, as receitas próprias;
2. O endividamento diminuiu;
3. O serviço da dívida duplicou;
4. A despesa paga, sem serviço da dívida, diminuiu;
5. A execução do plano plurianual de investimentos caiu para menos de metade.

Concluimos assim que:

A capacidade de arrecadação de receitas continua a rondar os 70 milhões de euros, mesmo com a sobrecarga fiscal sobre o cidadão e as empresas; A despesa em investimentos diminuiu significativamente, tendo passado duma execução do PPI de 61% em 2015, para 27% em 2016 (menos 12 milhões de euros).

A diminuição da dívida de curto prazo de 10 milhões de euros foi conseguida graças ao corte drástico nos investimentos públicos municipais.

O serviço da dívida representou 40% do total das receitas próprias cobradas.

Mas os Setubalenses podem questionar:

E este “tsunami” de rotundas, de festas, de agitação e propaganda?

Onde se reflete?

Naturalmente, numa sensação aparente de obra feita.

No final do século XIX e princípio do século XX, chamava-se a esta prática a “política do fontanário”.

Mas, e os projetos nas infraestruturas e na melhoria da qualidade de vida dos Setubalenses, previstos no PPI, num valor superior a 31 milhões de euros?

Só executaram cerca de 8 milhões de euros do PPI, ou seja, um valor equivalente a 1/3 dos encargos com o serviço da dívida municipal.

Como é possível a governação municipal comunista gastar três vezes mais em pagamento da dívida do que em investimento público municipal?

No entanto, o IMI que nós, contribuintes do Município de Setúbal, pagámos, com grande esforço, em 2016, serviu praticamente para cobrir o serviço da dívida municipal, a maior parte de curto prazo, resultante da gestão irresponsável da governação comunista.

E por isso, os Setubalenses pagam os impostos municipais com as taxas mais altas de Portugal (IMI, IRS).

Quem tanto apregoa o peso brutal da carga fiscal no País, quando tem os meios de aliviar aos Setubalenses, aplica-lhes as taxas máximas, ao contrário da maioria dos municípios portugueses, incluindo grandes centros urbanos.

Estes documentos espelham o resultado de 15 anos de exercício do poder pelo Partido Comunista, que revelam a incapacidade de dar um rumo que promova o desenvolvimento sustentável de Setúbal, ao mesmo tempo que esmaga os cidadãos com os impostos municipais.

Joel Marques (PS) – Passaria a ler a declaração do Partido Socialista relativamente a este ponto da ordem de trabalhos:

“O Orçamento Municipal e a sua execução, a prestação de contas que agora votaremos, são dois documentos que expressam e quantificam o trabalho proposto e realizado no Município.

Votámos contra o Orçamento de 2016 pois, entre outros fatores, considerámos ser um orçamento impossível de realizar, quer pela via da receita, exageradamente empolada, quer pela via do investimento previsto, que era claramente inexecutável.

Os números agora apresentados, infelizmente, vêm dar-nos razão.

Com um valor global de 135,6 milhões de euros, apenas foram realizadas 83,3 milhões de euros, 61,6% do previsto, e tendo em conta que 10 milhões de euros desta receita foram obtidos através de três empréstimos de curto de prazo, facilmente chegamos à conclusão que a receita obtida se situa em cerca de metade do previsto.

A receita executada ao longo dos anos tem vindo a manter-se em valores entre os 65/70 milhões de euros, valor muito inferior ao orçamentado, com clara influência no investimento previsto e anunciado.

Quanto ao IMI, continua a seguir uma trajetória crescente, atingindo o valor de 25,5 milhões de euros, o valor mais alto de sempre, contrastando com a baixa do IMT, que foi compensada pelo aumento da Derrama, perfazendo, assim, um aumento da receita nos impostos diretos.

Em relação ao investimento previsto e anunciado, as Grandes Opções do Plano (GOP), a sua execução caiu em 2016. Em 2015, as GOP tiveram um nível de execução de cerca de 30,8 milhões de euros, dos 59,8 milhões de euros orçamentados (51,5%), valor já baixo, e em 2016 tiveram um nível de execução de cerca de 27,2 milhões de euros, dos 60,2 milhões de euros orçamentados, tendo assim descido o investimento municipal para apenas 45,2% do orçamentado.

O modelo existente em Setúbal é simples: menos investimento, tendencialmente menos dívida, mais investimento, criação de mais dívida. A atual gestão dificilmente conseguirá libertar-se desta espiral, sendo por isso necessária uma escolha criteriosa dos investimentos a implementar, que possam ser estruturantes para o Concelho e com um impacto real na economia e qualidade de vida dos Setubalenses e dos Azeitonenses.

Através dos indicadores globais podemos constatar que aumentou o peso dos impostos municipais diretos nos municípios. Em 2013 eram de 25%, atingindo, em 2016, os 33%. O peso da aquisição de bens e serviços nos municípios também aumentou. De 11%, em 2013, passámos para 21%, em 2016. Já o peso do investimento nos municípios baixou de 10% para apenas 6% no mesmo período.

A apresentação dos resultados do ano de 2016 vem confirmar a incapacidade da gestão CDU para executar os projetos e as grandes obras prometidas para o atual mandato autárquico. O Parque Urbano da Várzea, a nova Biblioteca Municipal ou o Terminal 7, por exemplo, que se anunciaram em bonitos outdoors, não se concretizaram nos últimos três anos e, por isso, dificilmente se concretizarão no presente mandato. As promessas eleitorais não passaram disso mesmo... Promessas!"

Afonso Luz (CDU) – Relativamente aos documentos de prestação de contas de 2016, os comentários que nos levam a fazer são os seguintes. Trata-se de um exercício onde se continuou a investir e a consolidar as finanças da autarquia, reduzindo a dívida a bancos e fornecedores e continuando a apresentar um resultado económico positivo. Apesar das dificuldades financeiras, por ter ainda um grande volume de dívida concentrada no curto prazo, esta tem sido a realidade deste município e é precisamente esta concentração de dívida no curto prazo que origina a fraca execução orçamental a que temos vindo a assistir.

As últimas eleições autárquicas realizam-se a 29 de setembro de 2013, este executivo completou três anos de mandato, relativamente a esta prestação de contas e o balanço destes três anos foi o seguinte: O passivo total da autarquia neste mandato, à data 31 de dezembro de 2016, reduziu em 25 milhões de euros, se tivermos em conta apenas o passivo exigível, aquele que efetivamente se tem de pagar. As dívidas à banca foram reduzidas em 13 milhões e meio

de euros. Reduziram-se as dívidas a fornecedores em 13 milhões e setecentos mil euros. Reduziram-se as dívidas ao Estado em 332 mil euros. Tudo somado nas dívidas da câmara no final de 2016, são menos 27 milhões e meio de euros do que no final de 2013, data de início deste mandato. Nestes anos os resultados económicos foram sempre positivos e totalizaram 38,8 milhões de euros, fruto (que não podia deixar de ser) de uma cuidadosa gestão, ao mesmo tempo que se aumentou significativamente a capacidade de endividamento. Conseguiu-se tudo isto sempre a investir, em contraciclo com o resto do país (como sabemos ainda que com este Governo praticamente não se investe no país), sempre a melhorar os serviços prestados, muitas vezes indo além das suas competências próprias e acabando por realizar aquilo que caberia ao Governo realizar. Tudo isto em benefício das populações do concelho.

Esses investimentos e realizações estão à vista de todos, só quem não quer ver é quem não vê, porque falando com quem cá vive e com quem nos visita, o que se ouve por todo o lado dizer é que Setúbal não parece a mesma, melhorou muito, apetece cá estar e apetece cá voltar.

Enquanto tudo isto se passa no nosso concelho, aqueles que não querem ou alguns que não querem ver as realidades, continuam entretidos a falar dos impostos e taxas cobradas aos setubalenses. Sabemos que a maioria dos setubalenses percebe bem que os valores que pagam são aplicados em seu benefício e por isso, tem dado e continuarão a dar a sua confiança à CDU.

Em conclusão, estes documentos revelam mais uma vez que a gestão autárquica em Setúbal tem continuado no bom caminho e que, apesar de uma conjuntura que embora ultimamente tenha melhorado, em muitos aspetos continua adversa. Os grandes objetivos a que o executivo se propôs para 2016 e para este mandato foram alcançados, em benefício do concelho e com benefícios para a qualidade e diversidade dos serviços prestados aos munícipes e a quem nos visita.

Por isso, a CDU irá votar favoravelmente esta prestação de contas.

João Vicente (CDU) – O Sr. Deputado Valdez, em nota introdutória referiu em substância, o que é essencial que tenha sido referido. Solicitou alguns pedidos de esclarecimento e em boa verdade foi-lhe prometido, que o que não podia ser esclarecido naquele momento sê-lo-ia oportunamente. Esta é a questão de substância e esta sim, estou aqui para confirmar.

Em termos formais sobre a magreza de que se reveste esta última ata da comissão, tudo indica que neste mandato como nos mandatos anteriores, nesta comissão como nas restantes comissões, a prática corrente, são atas como esta, exatamente com esta magreza, que praticamente só refletem o sentido das votações. É estranho que quase no fim do mandato seja levantado uma questão desse tipo. Será, porque em outubro vai haver eleições, Senhor Deputado Valdez?

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Pretendo esclarecer o senhor coordenador da Comissão de Economia Administração e Finanças, que não é por haver eleições este ano, porque repetidamente os pedidos que são feitos na comissão, são-nos prometidos que vão ser entregues e ou são entregues tarde e más horas ou não são entregues. Por essa razão deve ficar expresso em ata, agora e para o futuro, seja quem estiver no poder, este ou aquele partido. Quem lê as atas das comissões, parece que estiveram ali uns membros da assembleia que fizeram não a emissão de um parecer, mas uma prévia votação dos assuntos que vem a esta assembleia. Muitos dos assuntos que vem à assembleia não são objeto de grandes discussões, mas alguns temas são. Alguns membros das comissões põem questões ao executivo e repetidamente há falha na resposta da informação e o senhor coordenador sabe tão bem quanto eu. Todos os pedidos de informação que solicitei na última reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças, não recebi nenhuma resposta daquelas que me

prometeram e isto deve ficar expresso. Nada tem a ver com ato eleitoral, nem com eleições, nem sabemos quem é que vai estar cá no final do ano. É uma coisa que não me preocupa, porque a minha vida não passa por isso, estou aqui meramente como cidadão e porque gosto. Esta assembleia deve-se fazer respeitar, não só os membros da oposição ou os que apoiam o executivo, porque se não o fizermos, o executivo deste partido ou outro partido que esteja no poder, infelizmente comportam-se com os mesmos tiques. Por isso dispensava essa referência do senhor coordenador, porque nada tem a ver com as eleições, mas com a memória futura e para que no futuro não se continue a fazer perguntas ao executivo sem ter direito a resposta. Se não tivermos direito de resposta, ao menos que fique expressa em ata as perguntas que foram feitas.

João Luz (CDU) – Começando por esta questão que tem estado a ser debatida, relativamente à questão de fundo, a questão de substância, o deputado Paulo Valdez concordará certamente que da parte da bancada da CDU tem havido sempre uma concordância, com a necessidade de que os esclarecimentos solicitados sejam prestados no devido tempo e temos feito as diligências junto da Mesa da Assembleia, junto do Executivo Municipal para que assim aconteça. Sobre essa matéria estamos inteiramente de acordo, o papel de cada um dos membros deste órgão, no sentido de valorizar a sua atividade.

Relativamente à questão formal em termos de ata, na Comissão de Administração e Finanças, à semelhança do que acontece nas outras, a ata é previamente distribuída aos seus membros, antes de ser distribuído ao conjunto dos membros da Assembleia. O deputado Paulo Valdez teria tido oportunidade de sugerir quando tivesse essas alterações. Se o fez, a ata deve conter, sem qualquer inconveniente, as alterações propostas.

Relativamente às intervenções que foram feitas sobre o documento que estamos aqui a apreciar. Estava a pensar fazer uma intervenção um pouco mais alongada, dando exemplos concretos de um conjunto de matérias, mas até para a economia do nosso tempo prefiro reduzir à seguinte expressão: “Acreditam mesmo nas intervenções que fizeram?” Esta é a questão. Se os senhores das bancadas que intervieram acreditam naquilo que disseram, são um caso raro em Setúbal. Qualquer pessoa que conheça Setúbal e ouça as vossas intervenções, pensam que estão a falar de um outro concelho qualquer. Para não me alongar mais, relativamente ao muito investimento, até porque tinha exemplos para dar e vender, daquilo que é um investimento e infraestruturas nas mais diversificadas áreas. A transformação em Setúbal tem sido absolutamente brutal e os senhores o que trazem aqui, é dizer que não se passa nada e que não vê nada. É extraordinário!

Com o objetivo de valorizar o trabalho desta assembleia, pergunto-vos com honestidade, é mesmo isso que acreditam?

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 de AC, 14 votos contra, sendo 9 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A bancada do PSD/CDS votou contra a prestação de contas da Câmara Municipal de Setúbal 2016, com base na intervenção que foi feita na análise dos documentos em apreço*”.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Entendemos e, como já foi aqui dito, que é quase como um balanço destes 3 anos de governação. Os primeiros anos foram muito difíceis para todos nós. Considero que isso era importante também na*

governação da câmara, no entanto, não podemos votar a favor, porque como foi dito anteriormente, a receita é sempre a mesma, o inflacionamento das receitas. Alguns investimentos que poderiam ter sido feitos ficaram na gaveta, como o que está agora a iniciar-se na Várzea e a questão da nova biblioteca. A câmara terá as suas razões, não ponho isso em causa, mas nós, não poderíamos de maneira nenhuma votar a favor, inclusivamente, numa altura em que os setubalenses têm os impostos no máximo, IMI, IRS como já foi dito anteriormente”.

Joel Marques (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*O Partido Socialista votou contra pelas razões anunciadas na nossa anterior intervenção, no entanto, não posso deixar de registar por um lado a ausência de reação ou de algum tipo de resposta por parte do executivo aos argumentos que aqui foram dirimidos entre as bancadas. Notar a ausência por parte da CDU, daquele que já vem sendo o habitual argumento, de que o aumento da receita fiscal em Setúbal é culpa dos setubalenses que votaram na CDU e sabiam àquilo a que iam”.*

4. Deliberação n.º 109/17 – Proposta n.º 46/2017 – DCED – Regulamento de utilização da embarcação “Maravilha do Sado”

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

Maria Júlia (PSD/CDS) – No artigo 10.º, do ponto 2, queria saber o seguinte, “*A obrigatoriedade de as crianças com menos de 12 anos usarem o colete*”. Isto foi deliberação da Câmara ou vem na lei?

Questiono se, todos aqueles que não sabem nadar, não deveriam ser obrigados a usar colete?

Silvana Paulino (BE) – Gostaria de saudar esta atividade e esta iniciativa, porque parece-me muito interessante, com um grande interesse pedagógico.

Não seria importante no artigo 5.º “*Marcação de viagens para grupos, nas informações*” solicitar o número de elementos?

Não é necessário indicar inicialmente, mas para fazer uma melhor gestão deste recurso, saber o número de elementos do grupo poderia permitir a junção de grupos que tivessem a mesma finalidade, melhorando um bocadinho a utilização deste recurso.

Por uma questão de seguros, não será importante saber o número de participantes?

Anita Vilar (CDU) – É uma coisa muito breve. O Senhor vereador Pedro Pina esteve na reunião connosco e sobre este ponto “*Maravilha do Sado*” fez um convite à comissão para poderem passear, mas depois estendeu à própria assembleia. Nós vamos dar seguimento a isso e ser-vos-á feito chegar a data. Todos temos a aprender e em todas as idades. Acho que é muito interessante e como coordenadora da comissão irei dar seguimento a esta viagem, que será certamente muito agradável.

Presidente da Mesa – Obrigado pela notícia que será aceite com todo o gosto.

Presidente da Câmara – Foram colocadas três questões pela senhora deputada do PSD e pela senhora deputada do BE.

Em relação aos coletes é obrigatório, já tínhamos feito sinal que era obrigatório.

Em relação aos grupos, são previamente agrupados, de modo a que o barco vá cheio. Está sempre a surgir pedidos das escolas, temos feito muitos passeios com idosos de todas as freguesias.

Em relação ao seguro, o barco tem seguro e os tripulantes também.

Silvana Paulino (BE) – Na solicitação da atividade não existe esse ponto. Vocês não têm esse dado, que não pedem. Quando aqui refere: “Para marcação de viagem precisam de saber um determinado número de informações, como o nome e natureza da instituição, contactos, etc.”, mas não pede para indicar o número de participantes.

Presidente da Câmara – Podemos colocar no Regulamento, mas isso normalmente está implícito. No contacto com o serviço que está a tomar conta disto normalmente fazem essa referência, uma vez que existe um número limite, não pode ser mais pessoas do que aquelas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

5. Deliberação n.º 122/17 – Proposta n.º 30/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a concessão do direito de exploração de um restaurante e uma loja mercearia no Parque de Campismo do Outão, em Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, por, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

6. Deliberação n.º 123/17 – Proposta n.º 31/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a concessão do direito de exploração de espaços na Piscina de Azeitão – N.º 7/2017/DAFRH/DIGEF/SECPP

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

7. Deliberação n.º 141/17 – Proposta n.º 34/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público com publicação no JOUE para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2017/2018, podendo ser prorrogável por mais um ano letivo

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

8. Deliberação n.º 130/17 – Proposta n.º 20/2017 – DAFRH/DIRH – 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2017

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS e 1 de AC, e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, sendo 19 da CDU, 9 do PS, 3 do BE e 1 de AC, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

9. Deliberação n.º 85/17 – Proposta n.º 17/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Rua Vitorino Nemésio, da União das Freguesias de Azeitão

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

10. Deliberação n.º 100/17 – Proposta n.º 22/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Praceta Lagar de S. João, União de Freguesias de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

11. Deliberação n.º 101/17 – Proposta n.º 23/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Travessa do Mercado, União de Freguesias de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

João Vicente (CDU) – Para me congratular com este conjunto fabuloso de unanimidade. Mais de 70% das propostas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente da Mesa – Há concordância e isso é bom. Os consensos são sempre de elogiar.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de trinta de junho e seis de julho, de dois mil e dezassete, contém sessenta e quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, do dia quatro de maio, de dois mil e dezassete.

O Presidente da Mesa



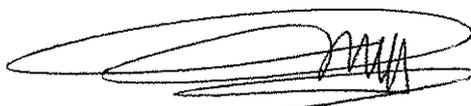
Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vítor Marcos
Verificada por: Ana Cristina Claro
Revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa